



**EDITAL**

O HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ - HUOP, por intermédio do Setor de Licitação, torna público que realizará licitação nos seguintes termos:

<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO:</b></p> <p><b>1672/2024</b></p> <p><b>Número para localização no Comprasgov: 91672/2024</b></p> <p><b>TIPO: menor preço</b></p> <p><b>REGISTRO DE PREÇO</b></p> <p><b>UASG 926277</b></p>	<p><b>Acolhimento/Abertura/Divulgação de Propostas:</b></p> <p><b>A partir das 09:00 horas do dia 22/10/2024</b></p> <p>Início da sessão / disputa de lances:</p> <p><b>09:00 horas do dia 04/11/2024</b></p> <p>Será sempre considerado o horário de Brasília (DF) para todas as indicações de tempo constantes neste edital.</p>
--	--

**1. OBJETO:**

1.1. A presente licitação tem por objeto o registro de preço para futura e eventual aquisição de **Gêneros Alimentícios - hortifrutigranjeiro**, para atender a demanda do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

**2. VALOR MÁXIMO DA LICITAÇÃO:**

2.1. O preço global máximo para o presente procedimento licitatório é de **R\$ 828.617,28 (oitocentos e vinte e oito mil, seiscentos e dezessete reais e vinte e oito centavos)**.

**3. SISTEMA DO PREGÃO ELETRÔNICO:**

3.1. O pregão será realizado por meio do sistema eletrônico de licitações [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp). O endereço eletrônico para recebimento e abertura de propostas é o <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.

3.2. O edital está disponível na *internet*, nas páginas do Portal Nacional de Contratações Públicas <https://pncp.gov.br/>, <https://www.comprasparana.pr.gov.br> e <https://huopforum.unioeste.br/index.php>.

3.3. Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) pregoeiro(a) Cristiane Regina dos Santos Silva e equipe de apoio, designadas pela Resolução/Portaria n.º 1003/2024 - GRE, servidores(as) do setor de licitação do Hospital Universitário do Oeste do Paraná.

**E-mail:** [huop.licitacoes@unioeste.br](mailto:huop.licitacoes@unioeste.br)

**Telefones:** 45 3321-5125, 3321-5486; 3321-5485

**Whatsapp:** informações sobre edital (pregoeiros) 45 3321-5125; informações sobre ata de registro de preço 45 3321-5370.

**Endereço:** Avenida Tancredo Neves, 3224, Cascavel - Paraná.

O atendimento será feito no horário das 08h às 12 h e das 12:30h às 16:30 h.

**4. ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÕES E RECURSOS:**

**4.1. ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES:**

4.1.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e do Decreto n.º 10.086, de 2022, ou para solicitar esclarecimentos e providências sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido, no prazo de até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame (até as 23:59 do dia 29/10/2024), através do endereço eletrônico [huop.licitacoes@unioeste.br](mailto:huop.licitacoes@unioeste.br) pelo qual serão respondidos os esclarecimentos solicitados, no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

**4.2. RECURSOS E CONTRARRAZÕES:**



4.2.1. As razões de recurso e as contrarrazões poderão ser enviadas exclusivamente por campo específico no sítio eletrônico <http://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>, observando as regras dispostas no item 9 das Condições Gerais deste Edital;

**4.3. DISPONIBILIDADE DOS AUTOS:**

4.3.1. Durante o curso da licitação, os autos do processo licitatório estarão disponíveis para os interessados no sistema E-Protocolo, acessível através do site <https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/entrada.do>. Os interessados devem solicitar acesso para visualização do protocolo via sistema.

**5. CONDIÇÕES DA LICITAÇÃO:**

5.1. A licitação e a contratação dela decorrente são reguladas pelas condições específicas e gerais do pregão e pelo disposto nos demais anexos do edital.

5.2. A licitação será regida pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021, pelo Decreto n.º 10.086, de 2022, pela Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, bem como as suas devidas alterações.



## CONDIÇÕES ESPECÍFICAS DO PREGÃO

### 1. CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS: valor máximo unitário

1.1. Encerrada a fase de lances, após a negociação, serão desclassificadas as propostas que permanecerem acima dos valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s) fixados neste Edital.

### 2. CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: item

2.1. Na fase de disputa, o critério de aceitabilidade de preços no sistema de compras eletrônicas é o valor máximo unitário, fixado no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

2.1.1. Os valores que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de julgamento de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), nesta fase, serão desclassificados”.

2.2. O julgamento das propostas será realizado de acordo com critério de menor preço.

2.3. Encerrada a fase de lances, após a negociação, as propostas que permanecerem acima (ou com lances negativos, no caso de critério de maior desconto) do(s) valor(es) unitário(s) máximo(s) e total(is) máximo(s), serão desclassificadas.”

### 3. PRAZO MÍNIMO DE VALIDADE DAS PROPOSTAS:

3.1. O prazo de validade das propostas deverá ser de no mínimo 90 dias, que deverá constar no Descritivo das Propostas de Preços (Anexo III), não poderá ser inferior ao fixado neste edital conforme CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO disposto no item 4 - DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.

### 4. PROPOSTA PARCIAL:

4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

### 5. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) - LEI 123/2006:

#### 5.1. Quanto a licitação exclusiva para ME/EPP:

5.1.1. Os itens de contratação serão destinados a ampla concorrência, não excluindo participação de microempresas e empresas de pequeno porte, para evitar que os itens fiquem frustrados ou contemplados superfaturados, trazendo prejuízo à Instituição.

#### 5.2. Quanto a licitação exclusiva para ME/EPP:

5.2.1. Nos itens de contratação acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o art. 48, III, da Lei Complementar Federal n.º 123, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e Cooperativas.

5.2.2. Desta forma os itens do processo são passíveis de divisão conforme tratamento diferenciado para microempresa e empresa de pequeno porte - lei 123/2006.

5.2.3. Somente poderão participar da disputa do(s) lote(s) 47 e 48 as empresas que se enquadrem na condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, conforme o disposto no art. 48, incisos I e III, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

5.2.4. As empresas que não estejam enquadradas na condição de microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, poderão participar dos demais lotes classificados como de ampla concorrência.

5.2.5. Se a ME, a EPP ou a MEI for vencedora do(s) lote(s) reservado(s) e do(s) lote(s) de ampla concorrência, a contratação deverá ocorrer pelo menor preço.

5.2.6. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei n.º 11.488, de 2007, e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar n.º 123, de 2006.



**6. AMOSTRA:**

**6.1.** Não será solicitado amostra para este processo.

**7. GARANTIA:**

**7.1.** DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL: Não haverá exigência de garantia contratual

**7.2.** DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS: Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.

**8. CONSÓRCIO:**

**8.1.** Não será permitida a participação de empresas em regime de consórcio.

**9. ANEXOS:**

Anexo I - Termo de referência

Anexo II - Dos documentos

Anexo III - Modelo de proposta de preços

Anexo IV - Modelo de procuração

Anexo V - Declaração conjunta (obrigatória)

Anexo VI - Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte

Anexo VII - Minuta da ata de registro de preço

Anexo VIII - Modelo de ordem de compra ou instrumento equivalente



## CONDIÇÕES GERAIS DO PREGÃO ELETRÔNICO

### 1. A REALIZAÇÃO DO PREGÃO

- 1.1. O pregão será realizado por meio eletrônico, no sistema de compras eletrônicas do [compras.gov.br](https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp), na página <https://www.comprasnet.gov.br/seguro/loginPortalFornecedor.asp>.
- 1.2. O pregão será conduzido por servidor(a) público(a) denominado(a) pregoeiro(a), mediante a inserção e o monitoramento de dados gerados ou transferidos para o sistema de compras eletrônicas adotado pela Administração estadual Compras.gov.
- 1.3. O(a) pregoeiro(a) exercerá as atribuições previstas no artigo 4.º do Decreto n.º 10.086, de 2022.
- 1.4. Para acesso ao sistema de compras eletrônicas, os interessados deverão se credenciar e obter chave de identificação e senha pessoal no Compras.gov.
- 1.4.1. O credenciamento do interessado e de seu representante junto ao sistema de compras eletrônicas implica em sua responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de capacidade para a realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.
- 1.5. Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

### 2. EXIGÊNCIAS PARA PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação e que apresentem os documentos exigidos para habilitação.
- 2.2. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e Sistema de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>, por meio de Certificado Digital conferido pela infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP – Brasil.
- 2.3. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- 2.4. Recomenda-se a prévia inscrição no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUF/PR, por intermédio do portal de Compras do Governo do Estado do Paraná (<http://www.comprasparana.pr.gov.br>), nos termos do Decreto Estadual n.º 4258 de 30 de novembro de 2023.
- 2.5. Os interessados em participar do pregão devem dispor de chave de identificação e senha pessoal do sistema de compras eletrônicas, nos termos do Item 1 - A REALIZAÇÃO DO PREGÃO do presente Edital.
- 2.6. Não poderão participar desta licitação pessoas físicas ou jurídicas que:
  - 2.6.1. tenham sido declaradas inidôneas no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, em qualquer esfera da Administração Pública;
  - 2.6.2. constituírem as pessoas jurídicas que foram apenadas conforme item 2.6.1, enquanto perdurarem as causas das penalidades, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
  - 2.6.3. tenham sócios comuns com as pessoas jurídicas referidas no item 2.6.2;
  - 2.6.4. não funcionem no País, se encontrem sob falência, dissolução ou liquidação, bem como as pessoas físicas sob insolvência;
  - 2.6.5. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
  - 2.6.6. o servidor ou dirigente de órgão ou entidade estadual, bem como a empresa da qual figurem como sócios, dirigentes ou da qual participem indiretamente.
  - 2.6.6.1. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista.
  - 2.6.7. As pessoas físicas e jurídicas de que trata o art. 14 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 2.7. A participação nesta licitação implica aceitação das condições estabelecidas no edital e na legislação aplicável.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022  
Maiores informações do processo encontram-se disponíveis em <https://huopforum.unioeste.br>

Minuta PE 1672-2024 - hortifruti





- 2.8. Além destas condições gerais, deverão ser obedecidas as exigências específicas de participação fixadas no edital.
- 2.9. O(a) pregoeiro(a) verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação.

### 3. PROPOSTA INICIAL

- 3.1. Antes de postar a proposta comercial em formulário eletrônico, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas:
- 3.1.1. o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e demais condições previstas no edital;
- 3.1.2. a sua condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou de microempreendedor individual para usufruir dos benefícios da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.
- 3.2. A proposta de preço inicial deverá ser enviada por meio de formulário eletrônico no sistema de compras eletrônicas no prazo previsto no edital, de acordo com o critério de disputa estabelecido no edital.
- 3.2.1. A proposta registrada poderá ser alterada ou desistida até a data e hora definida no edital. Após o prazo previsto para acolhimento das propostas, o sistema eletrônico não aceitará inclusão, alteração ou desistência da(s) proposta(s).
- 3.3. Juntamente com a proposta **é obrigatório o envio de declaração** constando todas as informações dispostas no modelo do Anexo V deste edital.
- 3.3.1.
- 3.4. Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, os licitantes beneficiados com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.
- 3.4.1. Os estabelecimentos enquadrados no Regime Fiscal do Simples Nacional não estão abrangidos pelo disposto no item 3.3, devendo apresentar proposta de preços com a carga tributária completa.
- 3.5. O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo(a) pregoeiro(a), sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 3.6. O(a) Pregoeiro(a), poderá verificar as propostas apresentadas, inclusive quanto à exequibilidade, e desclassificar aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.

### 4. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- 4.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
- 4.1.1. Valor unitário e total do item ou valor global, ou percentual de desconto;
- 4.1.2. Marca/modelo/referência;
- 4.1.3. Fabricante;
- 4.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, **número do registro ou inscrição do bem no órgão competente**, quando for o caso.
- 4.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o Contratado.
- 4.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.
- 4.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, **quanto na etapa de lances**, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, **não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto**, podendo sofrer sanção prevista no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.
- 4.4.1. Caso o proponente ofertar um lance equivocadamente e, no mesmo momento verificou o erro, há possibilidade da empresa ligar diretamente para o pregoeiro, através do telefone 45 3321-5125, solicitando e justificando o cancelamento do último lance, sendo que **somente poderá ocorrer a exclusão do lance se a fase de lance do item ainda não tiver sido concluída**.
- 4.4.1.1. **Caso não haja tempo hábil para o pregoeiro excluir o lance, a empresa deverá honrar com o lance ofertado sob pena de sofrer sanção conforme informa o item 4.4.**
- 4.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (dias) a contar da data de sua apresentação.



4.6. As ofertas de propostas dos licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos neste Edital.

## 5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

5.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

5.1.1. Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

5.1.1.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

5.1.1.2. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

5.2. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

5.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.

5.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitação, sendo informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

5.4.1. O lance deverá ser ofertado de acordo com o critério de disputa fixado no item 2 CRITÉRIO DE JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

5.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

5.6. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

5.7. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 1,0% (um por cento).

5.8. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

5.9. A etapa de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

5.10. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de 2 (dois) minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

5.11. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

5.12. Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

5.13. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

5.14. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado (ou maior desconto), vedada a identificação do licitante.

5.15. No caso de desconexão com o(a) Pregoeiro(a), no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

5.16. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o(a) pregoeiro(a) persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas, no mínimo, vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo(a) Pregoeiro(a) aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

5.17. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

5.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

5.19. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, as empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.



**5.20.** Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

**5.21.** A ME, EPP ou MEI melhor classificada, nos termos do item anterior, terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

**5.22.** Caso a microempresa, a empresa de pequeno porte ou o microempreendedor individual melhor classificado desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes na condição de ME, EPP ou MEI que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

**5.23.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

**5.24.** Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

**5.25.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei n.º 14.133, de 2021.

**5.26.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

**5.27.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o(a) pregoeiro(a) deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

**5.27.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

**5.27.2.** O(a) pregoeiro(a) solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, dos documentos de habilitação conforme solicitado em edital.

**5.27.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada pelo licitante, antes de findo o prazo previsto no item 5.27.2.

**5.28.** Após a negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

## **6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.**

**6.1.** Encerrada a etapa de negociação, o(a) pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no art. 95 do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**6.2.** O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V da citada Instrução, sob pena de desclassificação.

**6.3.** Será desclassificada a proposta, ou o lance vencedor, que apresentar preço final superior ao(s) preço(s) máximo(s) fixado(s), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

**6.3.1.** Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

**6.4.** Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

**6.5.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, ou análise técnica, a sessão pública será reiniciada mediante aviso prévio no sistema.

**6.6.** É facultado ao pregoeiro solicitar a complementação da proposta e/ou de documentos de habilitação e/ou específicas do item, os quais deverão ser encaminhados, via sistema de licitação, no prazo máximo de 02 (duas) horas após a convocação do pregoeiro, sob pena de desclassificação da proposta.





6.7. O(a) Pregoeiro(a) poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

6.7.1. Também nas hipóteses em que o(a) Pregoeiro(a) não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

6.7.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.8. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.9. Serão avaliados os critérios estabelecidos no item 10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

6.9.1. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será desclassificada.

6.9.2. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa (Brasil), necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

6.9.3. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o(a) Pregoeiro(a) analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

6.9.4. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manipulados, abertas, furadas, cortadas e/ou desmontadas, se necessário, a fim de possibilitar a análise da equipe técnica, não gerando direito a ressarcimento.

6.9.5. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras em conformidade não serão devolvidas aos proponentes, as consideradas não conformes deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 30 (dias) dias, após o qual poderão ser descartadas ou incorporadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

6.10. Havendo necessidade, o(a) Pregoeiro(a) suspenderá a sessão, informando no chat a nova data e horário para a sua continuidade.

6.11. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o(a) Pregoeiro(a) passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

## 7. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA, DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

7.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio de sistema eletrônico, a proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço final proposto (conforme modelo do Anexo III - ), os documentos de habilitação (conforme Anexo II - DOS DOCUMENTOS e do item 10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO do Termo de referência (Anexo I - ) até a data e o horário estabelecidos pelo pregoeiro.

7.2. O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

7.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem no sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) ou do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (<https://www.gms.pr.gov.br/gms/loginUsuario.do?action=iniciarProcesso>), desde que os referidos documentos estejam atualizados, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

7.4. As Microempresas, Empresas de Pequeno Porte e Microempreendedores Individuais deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006.

7.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

7.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.

7.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.



## 8. DESCRITIVO DA PROPOSTA

**8.1.** A proposta deverá ser formulada de acordo com o valor final da disputa, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, assinada por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado) e deverá conter, de acordo com o modelo definido neste edital, a identificação da licitação, o CNPJ e o nome empresarial completo do licitante, a descrição do produto/serviço oferecido para cada item e/ou lote da licitação; o valor global, os preços unitários e globais por item e/ou lote, cotados em moeda corrente nacional; e o prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior ao estabelecido no edital.

**8.1.1.** Deverá ser informada marca, modelo e referência, se for o caso, do produto ofertado. No caso de o descritivo exigir registro em órgão específico, o número do registro também deverá constar na proposta.

**8.1.2.** A proposta definitiva deverá observar os preços unitários máximos da planilha de composição de preços fixada pelo edital e seus anexos, sob pena de desclassificação, inclusive quando o(s) lote(s) reunir(em) itens diversos e independente do critério de disputa.

**8.1.3.** As empresas beneficiárias do disposto no Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ (item 3.3) deverão, de forma expressa e obrigatoriamente, indicar em sua proposta o preço onerado e o preço desonerado (o qual deve ser igual ou menor ao preço do arrematante), discriminando o percentual de desconto relacionado à isenção fiscal.

**8.1.3.1.** Para o licitante abrangido pelo benefício de que trata o item 3.3, e que participar da licitação com o preço desonerado do ICMS (preço líquido), a soma do preço proposto (preço líquido) com o valor do respectivo imposto não pode ultrapassar o valor máximo estabelecido no edital. Caso esta soma ultrapasse o máximo previsto no edital, o(a) pregoeiro(a) desclassificará a proposta.

**8.1.4.** Constatado erro de cálculo em qualquer operação, o(a) pregoeiro(a) poderá efetuar diligência visando sanar o erro ou falha, desde que não alterem a substância da proposta, do documento e sua validade jurídica.

**8.1.5.** Os preços deverão ser cotados em reais, com até duas casas decimais após a vírgula. Serão desconsiderados os valores depois da segunda casa decimal após a vírgula.

**8.2.** Nos termos do §1º do Art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, o licitante deverá declarar, sob pena de desclassificação, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme Anexo V - DECLARAÇÃO CONJUNTA.

## 9. OS RECURSOS

**9.1.** Qualquer licitante poderá, em campo próprio do sistema de compras eletrônicas, manifestar de forma imediata e motivada a intenção de recorrer, sob pena de preclusão, em relação às fases de julgamento e habilitação, possuindo o prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais após a formalização do término da etapa de antecede a adjudicação.

**9.1.1.** As razões recursais devem ser apresentadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.2.** Os demais licitantes ficarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de 3 (três) dias úteis contados do término do prazo de apresentação das razões do recorrente, exclusivamente por meio do sistema eletrônico de licitações e assinadas com uso de certificação digital ICP-Brasil.

**9.3.** A não apresentação das razões recursos no prazo fixado implicará a decadência do direito de recorrer.

**9.4.** As razões e as contrarrazões de recurso que não forem apresentadas conforme o disposto nos itens anteriores, ou subscritas por representante não habilitado ou não credenciado para responder pelo licitante, não serão conhecidas pelo(a) pregoeiro(a).

**9.5.** Os autos do processo de licitação poderão ser acessados pelos interessados no sistema E-Protocolo no site <https://www.e-protocolo.pr.gov.br>.

**9.6.** O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

## 10. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

**10.1.** Para a habilitação os interessados deverão estar com o **cadastro no GMS – Gestão de Materiais e Serviços do Governo do Estado do Paraná completo** e não somente o simplificado. Será habilitado com o



simplificado, somente se for comprovado que o cadastro completo não foi finalizado devido a problemas no GMS. Link para o cadastro completo, <http://www.comprasparana.pr.gov.br>.

**10.1.1.** No caso previsto no item 10.1, a proponente terá prazo de 05 (cinco) dias úteis para a estar com o cadastro completo, podendo ser prorrogado por mais 05 (cinco) dias úteis, sob pena de, se não o fizer, decadência do direito à habilitação. Sendo a fase retornada no certame para o julgamento da proposta da próxima colocada.

**10.2.** Examinada a aceitabilidade da proposta, a regularidade e a habilitação do licitante vencedor, bem como a análise técnica referente às amostras, quando exigidas, o procedimento licitatório será encaminhado pelo(a) pregoeiro(a) à autoridade máxima para adjudicação e homologação.

**10.3.** Será permitida a adjudicação e a homologação parcial do procedimento licitatório, quando o seu objeto possuir mais de um lote.

## 11. ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

**11.1.** Homologada a licitação pela autoridade competente, o(a) [ÓRGÃO/ENTIDADE/SETOR] convocará o(s) adjudicatário(s) para assinar a Ata de Registro de Preços, por meio eletrônico com uso de certificação digital ICP-Brasil, pelo representante legal do licitante (ou seu procurador devidamente qualificado), no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez, pelo mesmo prazo, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração.

**11.2.** O não atendimento à convocação, a recusa ou o silêncio do adjudicatário convocado para assinatura da Ata de Registro de Preços, implicará desclassificação do certame, sem prejuízo das sanções previstas em lei e neste Edital.

**11.3.** Será incluído na Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, observadas as condições previstas neste Edital, e o disposto no §4º do Art. 298, nos incisos II, IV e V do art. 305, no inciso III do art. 306, e no art. 311, todos do Decreto n.º 10.086, de 2022.

**11.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar assinar a ata de registro de preços nos termos do § 5.º do Art. 298 do Decreto n.º 10.086/2022, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura da ata nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**11.5.** O prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Portal Nacional de Contratações Públicas, será de 1 (um) ano, e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

**11.6.** Os licitantes reconhecem, desde já, que a assinatura da Ata de Registro de Preços, do(s) Contrato(s), ou retirada(s) da(s) nota(s) de empenho emitidas (ou documento equivalente), representam compromisso entre as partes, submetendo-as ao cumprimento do objeto licitado, nos prazos e condições constantes neste Edital e na legislação vigente.

**11.7.** Para a assinatura da Ata de Registro de Preços, o vencedor do certame deverá estar credenciado no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná – CAUFPR, estando com o certificado regular, e apresentar comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo adjudicatário durante a vigência da Ata de Registro de Preços e do contrato.

**11.8.** A Administração poderá revisar os preços registrados, mediante comprovações e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 301 a 303 do Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022, bem como deverá proceder à atualização desses preços nos termos do art. 304 desse Regulamento Estadual.

**11.8.1.** A revisão e a atualização dos preços registrados na Ata dependem de autorização da autoridade competente, devendo o órgão gerenciador promover as respectivas modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

**11.8.2.** A atualização dos preços registrados será feita a partir da aplicação do índice IPCA, tendo por termo inicial a data da apresentação da proposta e desde que decorrido 1 (um) ano desse marco temporal. Para as atualizações subsequentes à primeira, o termo inicial é contado do término do prazo inicial que motivou a primeira atualização.

**11.8.3.** O reajuste dos preços depende de pedido do fornecedor do item registrado, que deve ser protocolado até trinta dias antes do fim do período acima enunciado.



**11.8.4.** O transcurso do período citado no item 11.8.2 sem o requerimento do fornecedor implica preclusão.

## **12. DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES (CARONA)**

**12.1.** À adesão à ata de registro de preço será possível somente as unidades da Unioeste

**12.2.** As unidades da Unioeste que não participaram do processo, poderão aderir à ata de registro de preços, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**12.3.** A manifestação de interesse deverá ser encaminhada via e-protocolo para a PRAF/DIRCOM – Reitoria, através de ofício solicitando a adesão com detalhe das quantidades, valores, itens solicitados, informação de disponibilidade orçamentária e a justificativa da vantagem da adesão. Juntamente com ofício deve ser anexado a ata de registro de preço e o aceite do fornecedor.

**12.4.** Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**12.5.** As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

**12.6.** O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

**12.7.** Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

## **13. CONTRATO, RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

**13.1.** O adjudicatário será notificado para assinar o contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável a critério do órgão ou entidade contratante, sob pena de decair do direito à contratação e incidir nas penalidades previstas neste edital ou entregar o objeto do processo licitatório conforme ordem de compra ou documento equivalente.

**13.2.** Para a assinatura do contrato ou emissão ordem de compra ou instrumento equivalente, o adjudicatário deverá estar credenciado no Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, para a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

**13.3.** Antes da assinatura do contrato, a Administração realizará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, haja vista a vedação contida no art. 3º, inc. I, da Lei Estadual n.º 18.466, de 2015.

**13.4.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor dos dados da conta corrente junto à instituição financeira contratada pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas na mesma norma.

**13.5.** Se o adjudicatário não apresentar as comprovações dos itens 13.2 e 13.4 ou se recusar a assinar o contrato ou proceder a entrega do objeto conforme ordem de compra ou instrumento equivalente, a Administração Pública poderá revogar a licitação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na Lei Federal n.º 14.133/2021, e no Decreto Estadual n.º 10.086/2022, ou ainda, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas pelo licitante vencedor.

**13.5.1.** A recusa injustificada do adjudicatário ou a justificativa não aceita pela Administração, implicará a instauração de procedimento administrativo conforme código disciplinar para eventual aplicação de sanções administrativas.

**13.5.2.** Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação nos termos do item 13.5, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a





celebração do contrato nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

**13.6.** A entrega, o recebimento do objeto da licitação e os pagamentos serão efetuados no local, nos prazos e na forma estabelecida nos anexos deste edital.

**13.7.** Antes de cada pagamento, o setor financeiro realizará consulta no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviço – GMS para verificar a manutenção das condições de habilitação definidas neste edital.

#### **14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**14.1.** O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

**14.2.** A multa não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento), nem superior a 30% (trinta por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou do contrato, observando ainda as seguintes variações:

**14.2.1.** multa de 0,5% a 5%, nos casos das infrações previstas no art. 195, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.2.2.** multa de 5% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 196, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.2.3.** multa de 15% a 30%, nos casos das infrações previstas no art. 197, do Decreto Estadual 10.086/2022;

**14.3.** O cálculo da multa será justificado e levará em conta o disposto nos arts. 210 a 212, do Decreto Estadual 10.086/2022.

**14.4.** A multa poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

**14.4.1.** A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo para a Administração, não importando em mora, nem gera compensação financeira.

**14.5.** Multa de mora diária de até 0,3% (três décimos por cento), calculada sobre o valor global do contrato ou da parcela em atraso, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia, a multa de mora será convertida em compensatória, aplicando-se, no mais, o disposto nos itens acima.

**14.6.** O procedimento para aplicação das sanções seguirá o disposto no Capítulo XVI, do Título I, do Decreto n.º 10.086, de 2022, e na Lei n.º 20.656, de 2021.

**14.7.** Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e no Decreto n.º 10.086, de 2022.

**14.8.** Sem prejuízo das sanções previstas nos itens anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal n.º 12.846, de 2013, e regulamento no âmbito do Estado do Paraná.

**14.9.** Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CAUF/PR).

#### **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1.** Todas as referências de tempo deste edital correspondem ao horário de Brasília-DF.

**15.2.** Ocorrendo decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização da sessão pública de abertura das propostas na data designada no edital, ela será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**15.3.** É facultado ao(a) pregoeiro(a) a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

**15.4.** O licitante é responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, resultante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo(a) pregoeiro(a) ou pelo sistema, ainda que ocorra a sua desconexão.





**15.5.** A não apresentação de qualquer documento ou a apresentação com prazo de validade expirado implicará desclassificação ou inabilitação do licitante.

**15.6.** Os documentos que não mencionarem o prazo de validade serão considerados válidos por 90 (noventa) dias da data da emissão, salvo disposição contrária de Lei a respeito.

**15.7.** Os licitantes encaminharão os documentos exigidos nesta licitação exclusivamente por meio do sistema de que trata o item 1.1 das Condições Gerais do Pregão Eletrônico. O(a) pregoeiro(a), se julgar necessário, verificará a autenticidade e a veracidade do documento.

**15.8.** A realização da licitação não implica necessariamente a contratação total ou parcial do montante previsto, porquanto estimado, podendo a autoridade competente, inclusive, revogá-la, total ou parcialmente, por fatos supervenientes, de interesse público, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação do interessado, mediante manifestação escrita e fundamentada, assegurado o contraditório e a ampla defesa, conforme dispõe o art. 71 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

**15.9.** O foro é o da Comarca da Cascavel, no qual serão dirimidas todas as questões não resolvidas na esfera administrativa.

Cascavel, 18 de outubro de 2024.

**Rafael Muniz de Oliveira**  
Diretor Geral e Ordenador de Despesas  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná



## Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. OBJETO

#### 1.1. ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

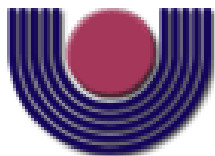
1.1.1. Aquisição de Gêneros Alimentícios para atender a demanda do Serviço de Nutrição e Dietética, conforme solicitação de compras n.º 108980e especificações da planilha abaixo:

Tabela 1 – Dos itens

Item	Código	Material	Un. Med.	Quantidade	VI. Máximo Edital	VI total edital	A/C/B
1	2920	Abacaxi (produto deve apresentar casca sem manchas, ferimentos, podridão ou deformação, isento de danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 464374 GMS 8905.22747.	un	1.470,0000	10,6900	15.714,3000	N/N/N
2	2929	Banana nanica (em pencas, tamanho e coloração uniformes, com polpa firme e intacta, devendo ser bem desenvolvida, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 464380. Código GMS: 8905.2115.	kg	6.600,0000	4,8700	32.142,0000	N/N/N
3	2949	Laranja pêra (fresca, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa firme e intacta). Código BR: 464393 GMS 8905.2136	kg	7.200,0000	7,9700	57.384,0000	N/N/N
4	2951	Limão Taiti (tamanho médio e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvido e maduro). Código BR: 464398 GMS 8905.2137	kg	240,0000	4,3600	1.046,4000	N/N/N
5	53915	Maçã Fuji (tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 464401 GMS 8905.2140	kg	4.200,0000	8,8000	36.960,0000	N/N/N
6	2953	Mamão (a casca deve ser firme, não ter rachaduras, partes escuras ou machucadas, nem picada de insetos). Código BR: 464405 GMS 8905.2148	kg	6.000,0000	8,6800	52.080,0000	N/N/N
7	58018	Manga tipo tomiate (tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, sem manchas de picadas de insetos). Código BR: 464406 GMS 8905.19397.	kg	1.440,0000	5,7700	8.308,8000	N/N/N
8	59727	Maracujá in natura. livre de resíduos agrotóxicos, sujidades, parasitas, tamanho e coloração uniforme, bem desenvolvida e uniforme. Código BR: 464415 GMS 8905.2185	kg	300,0000	14,6900	4.407,0000	N/N/N
9	2956	Melão (a casca deve ser firme, ter cor forte e não apresentar rachaduras). Código BR: 471959 GMS 8905.2195	kg	4.800,0000	8,2900	39.792,0000	N/N/N
10	2955	Melancia (deve apresentar casca firme, lustrosa e sem manchas escuras, isenta de injúrias, sem lesões de origem física, perfurações e cortes oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 464418 GMS 8905.2182	kg	2.000,0000	2,8200	5.640,0000	N/N/N
11	62365	Morango: de primeira, in natura, apresentando grau de maturação tal que lhe permita ser manipulado, transportado e consumido. Com ausência de sujidades, parasitas e larvas, de acordo com a resolução vigente. Código BR: 464328. Código GMS: 8905.74170.	kg	50,0000	27,7100	1.385,5000	N/N/N
12	53923	Pêssego (tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 464333 GMS 8905.2227	kg	200,0000	15,9100	3.182,0000	N/N/N
13	62366	Tangerina Murcot Extra ou poncã - peso médio: 250g. procedente da frutificação de uma planta sã, destinado ao consumo in natura, devendo estar fresca, ter atingido o grau ideal no tamanho, aroma, cor e sabor que são próprios da variedade, com estágio de maturação tal que suporte a manipulação, o transporte mantendo as condições adequadas para o consumo imediato. Não estarem danificadas por quaisquer lesões de origem mecânica ou provocada por insetos e doenças que afetem sua qualidade, isentas de substância terrosa, sujidades ou corpos estranhos aderentes à superfície da casca, sem umidade externa anormal, aroma e sabor estranhos e	kg	750,0000	7,2200	5.415,0000	N/N/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta PE 1672-2024 - hortifruti



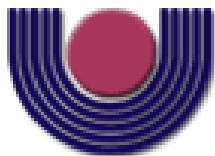
Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



		livres de resíduos de fertilizantes. Padrões conforme LEGISLAÇÃO VIGENTE. Código BR: 464437	GMS 8905.3588					
14	58020	Uva Itália (tamanho, cor e conformação uniforme, devendo ser bem desenvolvida e madura, com polpa intacta e firme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, sem machas de picadas de insetos). Código BR: 464438	GMS 8905.2226	kg	100,0000	11,9400	1.194,0000	N/N/N
15	2898	Ovo de galinha (peso mínimo de 35 gr casca forte sem deformação, homogênea, íntegra e limpa). A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, quantidade, prazo de validade e lote. Código BR: 467577. Código GMS: 8905.1868.		Dz	750,0000	9,1300	6.847,5000	N/N/N
16	51826	Abóbora cabotiá (tamanho e coloração uniformes, ser bem desenvolvida, apresentar casca firme, isenta de injúrias, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463748	GMS 8905.3450	kg	1.800,0000	4,7100	8.478,0000	N/N/N
17	2922	Abobrinha (abóbora menina ou Itália): tamanho uniforme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte; Código BR: 471861. Código GMS: 8905.22742.		kg	6.000,0000	8,8800	53.280,0000	N/N/N
18	62697	Acelga (tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de injúrias, material terroso, livre de sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463818. Código GMS: 8905.74164.		kg	500,0000	5,3700	2.685,0000	N/N/N
19	62698	Alface Crespa, fresca, tamanho e coloração uniforme, devendo ser bem desenvolvida, firme e intacta, isenta de injúrias, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. Código BR: 463832. Código GMS: 8905.2211.		kg	2.400,0000	9,0500	21.720,0000	N/N/N
20	2926	Alho, firme e intacto, sem lesões de origem física, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. Código BR: 463938. Código GMS: 8905.19767.		kg	600,0000	28,9600	17.376,0000	N/N/N
21	62700	Almeirão (fresco e coloração uniforme, isento de injúrias, material terroso, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, sem danos físicos oriundo do manuseio e transporte). Código BR: 470608	GMS 8905.100753	kg	2.000,0000	8,4200	16.840,0000	N/N/N
22	2930	Batata-doce: tamanho e formato uniforme, com pele lisa e sem machucados. Código BR: 463753. Código GMS: 8905.2223.		kg	2.400,0000	3,0900	7.416,0000	N/N/N
23	2931	Batata inglesa (firme e intacta, sem lesões de origem física - rachaduras, cortes - tamanho e conformação uniformes, devendo ser graúda). Código BR: 463754	GMS 8905.2154	kg	12.000,0000	6,4700	77.640,0000	N/N/N
24	51831	Mandioca salsa (produto deve ser entregue descascado e limpo, isento de injúrias e lesões de origem física oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463760	GMS 8905.2155	kg	1.200,0000	9,9700	11.964,0000	N/N/N
25	2933	Beterraba (firme, cor vermelho intenso, tamanho uniforme, isento de injúrias e sem lesões de origem física oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463767. Código GMS: 8905.2157.		kg	1.000,0000	4,6500	4.650,0000	N/N/N
26	62701	Brócolis: talos e flores bem fechadas e cor verde-escura, sem marcas de picadas de insetos. Código BR: 463837. Código GMS: 8905.74166.		kg	500,0000	15,0900	7.545,0000	N/N/N
27	2935	Cebola (compacta e firme, sem lesões de origem física, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida, isenta de sujidades, parasitas e larvas). Código BR 463781.	GMS 8905.2168	kg	10.800,0000	6,1500	66.420,0000	N/N/N
28	63713	Cebolinha verde in natura, folhas verdes, sem presença de folhas amareladas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, isento de sujidades, parasitas e larvas. Código BR: 463878. Código GMS: 8905.2170.		kg	300,0000	18,4200	5.526,0000	N/N/N
29	2937	Cenoura (sem rama, fresca, compacta e firme, sem lesões de origem físicas, rachadura e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvida). Código BR: 463770. Código GMS: 8905.2171.		kg	5.000,0000	5,5000	27.500,0000	N/N/N
30	62702	Chicória (fresca, coloração e tamanho uniformes, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, isenta de injúrias e danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463821	GMS 8905.100754	kg	500,0000	9,1100	4.555,0000	N/N/N
31	2939	Chuchu: tamanho uniforme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. Código BR: 463778. Código GMS: 8905.2173.		kg	5.000,0000	4,2700	21.350,0000	N/N/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta PE 1672-2024 - hortifruti



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP

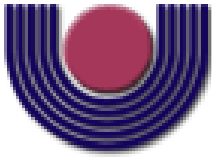


32	62703	Couve flor: deve ter uma coloração branca com tendência ao creme, flores bem unidas com aparência granulada, talos firmes, sem espaços entre o buquê. Código BR: 463831. Código GMS: 8905.74168.	kg	500,0000	21,3000	10.650,0000	N/N/N
33	62704	Couve manteiga: as folhas devem estar bem verdes e firmes, isento de sujidades, parasitas e larvas. Código BR: 463822. Código GMS: 8905.100755	kg	400,0000	6,6700	2.668,0000	N/N/N
34	58017	Gengibre, firme e intacto, sem lesões de origem física, perfurações e cortes, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, isento de sujidades, parasitas e larvas. Código BR: 463900 GMS 8905.2199	kg	24,0000	16,9700	407,2800	N/N/N
35	62364	Hortelã Fresca, em folhas verdes, com aspecto de cor e cheiro de sabor próprio, livre de sujidades, parasitas e larvas, com folhas íntegras e frescas, pesando aproximadamente 30gr o maço. Código BR: 463898. Código GMS: 8914.2279.	un	240,0000	5,2600	1.262,4000	N/N/N
36	51830	Mandioca (produto deve ser entregue descascado e limpo, isento de injúrias e lesões de origem física oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463795. Código GMS: 8905.2218.	kg	3.000,0000	8,0100	24.030,0000	N/N/N
37	2959	Pepino (tamanho e coloração uniformes, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463796. Código GMS: 8905.10698	kg	2.400,0000	4,4000	10.560,0000	N/N/N
38	51834	Pimentão amarelo; firmes. Brilhantes e com a casca lisa, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. Código BR: 463802 GMS 8905.2229	kg	180,0000	15,0000	2.700,0000	N/N/N
39	2960	Pimentão verde; firmes. Brilhantes e com a casca lisa, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. Código BR: 463809 GMS 8905.2231	kg	180,0000	6,2000	1.116,0000	N/N/N
40	51833	Pimentão vermelho; firmes. Brilhantes e com a casca lisa, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. Código BR: 463808 GMS 8905.2232	kg	180,0000	16,4100	2.953,8000	N/N/N
41	58019	Repolho Roxo (liso, fresco, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões de origem física, perfurações e cortes). Código BR: 463829 GMS 8905.2239	kg	570,0000	5,6900	3.243,3000	N/N/N
42	2962	Repolho (liso, fresco, tamanho e coloração uniformes, devendo ser bem desenvolvido, firme e intacto, sem lesões de origem física, perfurações e cortes). Código BR: 463839. Código GMS: 8905.2240.	kg	1.500,0000	3,5400	5.310,0000	N/N/N
43	62705	Rúcula (fresca, coloração e tamanho uniformes, livre de resíduos de fertilizantes, sujidades, parasitas e larvas, isenta de injúrias e danos físicos oriundos do manuseio e transporte). Código BR: 463826. Código GMS: 8905.100756	kg	300,0000	10,1300	3.039,0000	N/N/N
44	63711	Salsinha in natura, folhas verdes, sem presença de folhas amareladas, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte, isento de sujidades, parasitas e larvas. Código BR: 463930. Código GMS: 8905.100757	kg	300,0000	20,2600	6.078,0000	N/N/N
45	3127	Tomate (gráudo, com polpa firme e intacta, isento de injúrias, material terroso, livres de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes). Código BR: 463806 GMS 8905.2224.	kg	9.000,0000	6,9100	62.190,0000	N/N/N
46	3090	Vagem: tamanho uniforme, sem danos físicos oriundos do manuseio e transporte. Código BR: 463814 GMS 8905.2230	kg	1.200,0000	16,1300	19.356,0000	N/N/N

**Itens exclusivos para ME/EPP**

47	2931	Batata inglesa (firme e intacta, sem lesões de origem física - rachaduras, cortes - tamanho e conformação uniformes, devendo ser graúda). Código BR: 463754 GMS 8905.2154	kg	4.000,0000	6,4700	25.880,0000	N/N/N
48	3127	Tomate (gráudo, com polpa firme e intacta, isento de injúrias, material terroso, livres de resíduos de fertilizantes sujidades, parasitas e larvas, sem lesões de origem física, rachaduras e cortes). Código BR: 463806 GMS 8905.2224.	kg	3.000,0000	6,9100	20.730,0000	N/N/N

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022  
Minuta PE 1672-2024 - hortifruti



**1.1.1. Classificação dos bens e serviços comuns:**

**1.1.1.1.** Observa-se que o(s) objeto(s) dessa licitação é(são) classificado(s) como bem(ns) comum(ns), pois possui(em) especificação(ões) usual(is) de mercado e padrão(ões) de qualidade definidas em edital, conforme estabelece o inciso XIII do art. 6º da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, e pelo que estão aptos a satisfazer necessidades comuns, não precisando conter características peculiares para atingir seus fins. Os atributos essenciais do objeto, possuem forma objetiva e uniforme, cujas características tendem a padronização e invariáveis ou então, sujeitas a diferenças mínimas.

**1.1.2. Da padronização**

**1.1.2.1.** Catálogo Eletrônico de Padronização ainda não foi implantado pelo órgão responsável, no Estado do Paraná. Deste modo, as descrições utilizadas no presente Termo de Referência foram elaboradas pelos profissionais técnicos competentes da área demandante, os quais atestam que as especificações técnicas do(s) objeto(s) são aquelas estritamente necessárias para a aferição da adequação do objeto ao fim a que se destina, não havendo exigências desprovidas de razoabilidade.

**1.1.3. Memória de cálculo:**

**1.1.** Os quantitativos dos materiais/serviços solicitados foram elaborados baseados nas médias de uso destes no período de 2022/2023 e 2023/2024. Para esse processo foi considerado a reserva técnica indicada no POP - Metodologia para a previsão de compras -HUOP-POP-GERAL4-A, para um período de 12 meses.O quantitativo foi baseado no relatório de consumo para o período de 12 meses e acrescentado margem de segurança de 25%. Conforme memorando 224/2023 recebido da Direção Geral e Administrativa referente a inauguração da obra Materno Infantil com previsão de aumento de 168 leitos na ala Materno Infantil, aumento de 10 (dez) leitos na unidade de terapia intensiva Adulto, 30 (trinta) leitos de enfermaria na F3, 14 (quatorze) leitos de enfermaria no Centro de Terapia de Queimados, 6 (seis) salas cirúrgicas, 4 (quatro) salas de Recuperação pós-anestésica e ampliação da Central de Materiais Estéreis, solicita-se uma quantidade maior para atendimento a esta demanda.Para itens de hortifrutigranjeiros o estoque é direto no sistema Tasy, não gerando, portanto, relatório de consumo, por se tratar de alimentos perecíveis. Desta maneira, o quantitativo baseado nos cardápios mensais foi multiplicado por 12 (pedidos) para se chegar ao valor anual. Após a análise do quantitativo anual os valores foram submetidos a uma margem de segurança de 25%. Em anexo encontra-se tabela com os pedidos a cada 5 semanas.A justificativa apresentada foi baseada no código do Tasy de licitações em aberto a partir do histórico de consumo de 2023/2024 específicos do Registro de Preço, pois muitos produtos são adquiridos não só por este sistema mas também por Chamamento Público advindos da Agricultura Familiar, conforme a oferta de produtos. Em anexo encontra-se o relatório de consumo de 2022/2023 e 2023/2024 e as solicitações a cada 5 semanas.

A solicitação de gêneros alimentícios se faz com pedidos mensais, com previsão de duas a três entregas semanais. Estas quantidades podem sofrer variações conforme número de internações, escala, sazonalidade e cardápio oferecido. Em anexo encontra-se um modelo de cronograma de entregas para 5 semanas. Todos os valores apresentados referem-se apenas aos produtos que foram adquiridos do Registro de Preço.

A seguir é apresentado um modelo de cronograma fixo para a próxima licitação e o relatório de consumo do ano de 2023/2024:

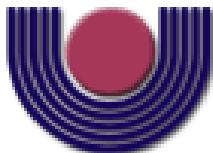
Exemplo de Cronograma de entrega para a Nova Licitação – Registro de Preço e Agricultura Familiar:

REGISTRO DE PREÇO	REGISTRO DE PREÇO	REGISTRO DE PREÇO
<b>Segunda-feira fixo</b>	<b>Quarta-feira fixo</b>	<b>Sexta-feira fixo</b>
8 un. abacaxis	8 abacaxis	8 abacaxis
30 kg banana	30 kg banana	40 kg banana
20 kg laranja	50 kg laranja	50 kg laranja
4 kg limão	20 kg maçã	30 kg maçã
20 kg maçã	20 kg mamão	20 kg mamão
40 kg mamão	8 kg manga	8 kg manga
5 kg maracujá	40 kg mamão	80 kg melão
8 kg manga	10 dz ovos	40 kg mamão
40 kg mamão	20 kg abobrinha	40 kg abobrinha
2 melancias (em torno de 24 kg)	30 kg almeirão	20 kg alface

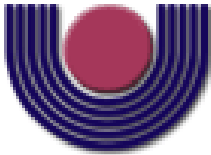
Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta PE 1672-2024 - hortifru





30 kg abóbora cabotiá 40 kg abobrinha 20 kg alface 10 kg alho 70 kg batata inglesa 15 kg beterraba 60 kg cebola 40 kg cenoura 40 kg chuchu 50 kg mandioca 60 kg tomate <b>Variável:</b> 100 kg batata doce semana 1 e 3 15 kg Batata salsa semana 1,2,3,4 40 kg Batata salsa semana 5 10 kg brócolis semana 2 5 kg brócolis semana 3 20 kg brócolis semana 5 10 kg couve-flor semana 2 5 kg couve-flor semana 3 20 kg couve-flor semana 5 1 kg gengibre semana 1 e 5 10 maços hortelã semana 2/4	70 kg batata inglesa 60 kg cebola 5 kg cebolinha 5 kg salsinha 40 kg pepino 60 kg tomate  <b>Variável:</b> 30 kg acelga semana 5 30 kg couve folha semana 5	120 kg batata inglesa 60 kg cebola 40 kg cenoura 40 kg chuchu 30 kg chicória 70 kg tomate
<b>AGRICULTURA FAMILIAR</b> <b>Segunda-feira</b> <b>fixo</b> 50 kg banana 40 kg laranja (época) 30 kg maçã (época) 30 kg abacate 30 kg tangerina/poncã (época) 10 dz ovos 40 kg abobrinha 15 kg alface 10 kg alho 5 kg cebolinha 5 kg salsinha 50 kg cenoura 50 kg chuchu <b>Variável:</b> 100 kg batata doce semana 4/5 80 kg beterraba semana 1 e 2 20 kg brócolis semana 1 5 kg brócolis semana 3 10 kg brócolis semana 4 20 kg couve-flor semana 1 5 kg couve-flor semana 3 10 kg couve-flor semana 4	<b>AGRICULTURA FAMILIAR</b> <b>Quinta-feira</b> <b>fixo</b> 30 kg banana 1 kg limão (época) 40 kg abobrinha 15 kg alface 5 kg cebolinha 5 kg salsinha 50 kg cenoura 50 kg chuchu 30 kg chicória 60 kg mandioca <b>Variável:</b> 25 kg acelga semana 1 25 kg acelga semana 3 30 kg couve folha semana 3	



Relatório de consumo do período de 2023/2024 FRUTAS

		jul/23	ago/set/ 23	out/nov/ dez/	jan/fev2 4 Compra direta	mar/24	abr/24	mai/24	jun/02	jul/24	Média mensal
FRUTAS											
ABACAXI	un.	80	80	180		90	94	80	120	60	98
BANANA NANICA	KG	250	250	800		425	500	391	600	300	439,5
LARANJA PERA	KG	235	235	1200	150	493	500	360	600	279	450,2222222
LIMAO TAITI	KG	5	5	19		10	10	8	12	6	9,375
MAÇA FUJI	KG	175	175	700	150	300	300	240	360	183	287
MAMÃO	KG	200	200	1000	200	344	400	283	480	212	368,7777778
MANGA TOMMY	KG	20	20	162							67,33333333
MARACUJÁ	KG	6	6	12							8
MELANCIA	KG	25	25	450		120	120	72	144	72	128,5
MELÃO	KG	175	175	830	400						395
MORANGO	KG	7,5	7,5	15							10
PESSEGO	KG	0	0	0							0
TANGERINA	KG	200	200	900							433,3333333
UVA ITALIA	KG	0	0	35							11,66666667

**FRUTAS:**

**Abacaxi (Tasy 2920):** O abacaxi é ingrediente em salada de frutas, utilizada em sucos e em preparações salgadas como em carnes assadas e utilizado para servir em saladas verdes. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 98 unidades mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a uma valor de 1.470 unidades anuais. Sendo suficientes para o pedido mensal de 120 unidades.

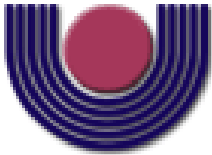
**Banana (Tasy 2929):** A banana é muito utilizada para a dieta dos pacientes, será servida como sobremesa três vezes na semana, batida como vitaminas com leite para os lanches da tarde, também serve para dietas pastosas quando amassada e para bolos e tortas, é ingrediente para a salada de frutas, é uma fruta versátil e bem apreciada pelos pacientes. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 440 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 6.600 kg anuais. Sendo suficientes para o pedido mensal de 500 kg.

**Laranja (Tasy 2949):** A laranja é utilizada para sucos que são oferecidos aos pacientes, serve também como ingrediente na fabricação de bolos, dietas líquidas e no preparo de alguns exames de imagem quando o suco é misturado ao contraste, usada também na salada de frutas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 450 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 5.400 kg anuais. Para o pedido semanal de 120 kg, serão necessários 7.200 kg de laranja.

**Limão (Tasy 2951):** O limão é usado como tempero de carnes, sucos para preparo de exames, como ingredientes em sobremesas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 9,4 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 141 kg anuais. Para o pedido semanal de 4 kg, serão necessários 240 kg de laranja.

**Maçã (Tasy 53915):** A maçã é oferecida como sobremesa aos pacientes, em recheios de bolos, cucas e tortas. Também é utilizada para vitaminas e saladas de frutas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 287 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 4.300 kg anuais. Para o pedido semanal de 70 kg, serão necessários 4.200 kg de maçã.

**Mamão (Tasy 2953):** O mamão é uma fruta muito utilizada para pacientes com dietas laxativas, servida também como sobremesa após o jantar para os pacientes, em forma de vitaminas e para dietas pastosas e na salada de frutas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 369 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 5.535 kg anuais. Para o pedido semanal de 100 kg, serão necessários 6.000 kg de mamão.



**Manga (Tasy 58018):** A manga é muito usada no preparo de vitaminas, sucos e na salada de frutas. Também pode ser utilizada diariamente como complemento da dieta pastosa. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 66 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 990 kg anuais. Valor abaixo do real consumo, pois este item não foi contemplado na atual licitação realizada pelo DECON. Para o pedido semanal de 24 kg, serão necessários 1.440 kg de manga.

**Maracujá (Tasy 59727):** será utilizado para sucos servidos aos pacientes, tanto em dieta livre como nas dietas de restrição. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 8 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 120 kg anuais. Valor abaixo do real consumo, pois este item não foi contemplado na atual licitação realizada pelo DECON. Para o pedido semanal de 5 kg, serão necessários 300 kg de maracujá.

**Melão (Tasy 2956):** O melão é utilizado como sobremesa servida após o jantar para os pacientes, também como sucos e na salada de frutas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 395 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 5.925 kg anuais. Para o pedido semanal de 80 kg, serão necessários 4.800 kg de melão.

**Melancia (Tasy 2955):** A melancia é oferecida em forma de sucos e sobremesas aos pacientes quando são solicitados. Também são utilizados em datas comemorativas e servida aos servidores no refeitório. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 128,5 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 1.927,5 kg anuais. Para o pedido semanal de 24 kg e mais para os eventos em datas comemorativas servidos no refeitório, serão necessários 2.000 kg de melancia.

**Morango (Tasy 62365):** O morango é oferecido aos pacientes em forma de sobremesa, é a fruta de preferência de muitas pessoas e muito solicitado quando o paciente já está há algum tempo internado e com vontade de comer alguma fruta diferente, também utilizada para compor a mesa de frutas em datas comemorativas e para fazer vitaminas e sucos e sobremesas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 10 kg mensais. São solicitados conforme demanda e a safra do produto, e em pequenas quantidades pois são muito perecíveis. Um pedido anual de 50 kg é suficiente para atendimento da demanda do setor.

**Pêssego (Tasy 53923):** O pêssego é utilizado para servir aos pacientes após o jantar, também utilizado para fazer sobremesas, tortas, bolos. Ficou como consumo zero, pois é solicitado somente no seu período de safra, 30 kg por semana e também o mesmo não foi contemplado na licitação atual realizada pelo DECON. Um pedido anual de 200 kg é suficiente para atendimento da demanda do setor.

**Tangerina (Tasy 62366):** A tangerina / ponkan é utilizada para servir de sobremesa aos pacientes, também é usada para fazer sucos e bolos. Durante sua época de safra é solicitado 30 kg por semana, 150 kg por mês, para 5 meses por ano (época de safra), 750 kg serão suficientes.

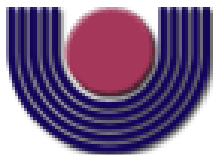
**Uva Itália (Tasy 58020):** A uva é muito solicitada pelos pacientes, quando os mesmos já estão internados há algum tempo e querem comer alguma fruta que não está cardápio, também é utilizada para compor a mesa de frutas em datas especiais e em sobremesas. Um pedido anual de 100 kg é suficiente para atendimento da demanda do setor.

**OVOS:**

Relatório de consumo do período de 2023/2024 OVOS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23	ago/set/23	out/23	dez, jan/24	fev/24	média a cada 5 semanas
OVO DE GALINHA	DUZIA	50	50	50	50	50	50	200	0	0	55,5556

**Ovo (Tasy 2898):** O ovo é ingrediente indispensável na preparação de bolos e tortas servidos no lanche dos pacientes, bem como é muito utilizado em pacientes que necessitam de uma dieta hiper proteica. Tem-se por rotina solicitar 10 dúzias por semanas, 50 dúzias a cada 5 semanas, quantitativo insuficiente devido ao aumento do número de refeições. Será necessário solicitar 10 dúzias por semana do Chamamento Público e 10 dúzias da presente licitação. 600 dúzias anuais mais a margem de segurança, chega-se a um pedido de 750 dúzias anuais.



## LEGUMES E VERDURAS:

Relatório de consumo do período de 2023/2024 LEGUMES E VERDURAS

PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	jul/23	ago/set/23	out/nov/dez/23	jan/fev/24 Compra direta	fev/24	mar/24	abr/24	mai/24	jun/24	jul/24	Média mensal
ABÓBORA CABOTIÁ	KG	15	10	25	0							12,5
ABÓBORA ITALIA	KG	400	300	1052	0	435	400	320	141	123,4	229	340,04
ACELGA	KG	75	75	200	0							87,5
ALFACE CRESPA	KG	135	135	500	0	0	170	60	160	40	40	124
ALHO	KG	O devido doação	0	0	0	0	10	10	10	20	10	6,67
ALMEIRÃO	KG	165	165	400	220	0	0	0	0	0	0	95,00
BATATA DOCE	KG	200	200	800	0	200	92	200	100	60	60	191,20
BATATA INGLESA	KG	750	750	1900	850	1350	805	830	803	750	221	900,90
BATATA SALSA	KG	100	100	420	0	0	0	0	0	0	0	62,00
BETERRABA	KG	180	180	400	0	60	60	30	22,5	60	45	103,75
BROCOLIS	KG	60	60	170	0	0	0	15	15	15	0	33,50
CEBOLA	KG	450	450	1800	600	600	396	70	73	429	292	516,00
CEBOLINHA VERDE	KG	50	50	120	0	0	0	0	0	0	0	22,00
CENOURA	KG	0	0	0	0	80	310	370	310	417	280	176,70
CHICÓRIA	KG	90	90	250	0	120	0	0	0	0	0	55,00
CHUCHU	KG	0	0	390	0	90	232	200	180	142	155	138,90
COUVE FLOR	KG	40	40	105	0	0	15	0	5	15	120	34,00
COUVE MANTEIGA	KG	0	0	0	0	0	54	27	27	80	96	28,40
CENOURA	KG	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
ORTOLÃO FRESCO, EM FOLHAS	UNIDADE	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,00
MANDIOCA	KG	720	420	1200	0	15	165	0	81	200	320	312,10
PEPINO	KG	150	0	500	0	298	110	200	67	70	211	160,60
PIRELLA AMARELO	KG	7	7	64	0	0	0	0	0	0	0	7,80
PIRELLA VERDE	KG	7	7	64	0	20	26	19	25,5	9,25	19	19,68
PIRELLA VERMELHA	KG	7	7	64	0	0	0	0	0	0	0	7,80
REPOLHO ROXO	KG	100	100	180	0	0	0	0	0	0	0	38,00
REPOLHO VERDE	KG	160	160	450	0	40	80	80	40	60	88	115,80
ABÓBORA	KG	50	50	150	0	0	0	0	0	0	0	25,00
SALSINHA IN NATURA	KG	50	50	120	0	0	0	0	0	0	0	22,00
TOMATE	KG	575	575	2500	600	780	781	620	771	1010	458	867,00
ZAGEM	KG	90	90	220	0	0	0	0	0	0	0	40,00

**Abóbora cabotia (Tasy 51826):** A abóbora cabotia é usada no preparo de purês para dietas pastosas, serve como ingrediente da sopa dos pacientes e para fazer doces. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 12,5 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 188 kg anuais. Valor abaixo do real consumo, pois este item não foi contemplado na atual licitação realizada pelo DECON. Para o pedido semanal de 30 kg, serão necessários 1.800 kg de abóbora.

**Abobrinha (Tasy 2922):** A abobrinha verde é usada como guarnição cozida no cardápio de pacientes e funcionários, utilizada na sopa dos pacientes, em torta de legumes. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 340 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 5.100 kg anuais. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 100 kg semanais e serão necessários 6.000 kg de abobrinha.

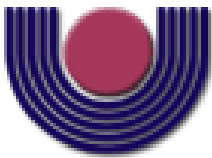
**Acelga (Tasy 62697):** A acelga é usada para compor o cardápio de saladas de pacientes e funcionários. Será solicitado de 30 a 40 kg por mês, sendo necessário 500 kg anuais.

**Alface crespa (62698):** A alface crespa é servida na forma de salada para pacientes e funcionários. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 124 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 1.860 kg anuais. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 80 kg semanais e serão necessários 2.400 kg de alface.

**Alho (Tasy 2926):** O alho é o tempero de escolha para praticamente todas as preparações salgadas, muito utilizados em carnes e no preparo de massas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 6 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 90 kg anuais. Valor muito abaixo do real consumo, pois foi ganhado alho de doação e por um longo período não foi adquirido este produto. Pretende-se solicitar 10 kg semanais e serão necessários 600 kg de alho.

**Almeirão (Tasy 62700):** O almeirão é utilizado para salada de pacientes e funcionários. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 95 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 1.425 kg anuais. Valor muito abaixo do real consumo, pois este item não foi contemplado na licitação atual do DECON. Pretende-se solicitar de 30 a 40 kg semanais e serão necessários 2.000 kg de almeirão.

**Batata doce (Tasy 2930):** A batata doce é feita com frequência para servir no refeitório como guarnição, e também aos pacientes. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 191,2 kg mensais, mais a margem de



segurança de 25%, chega-se a um valor de 2.868 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 200 kg mensais e serão necessários 2.400 kg de batata doce.

**Batata inglesa (Tasy 2931):** A batata é muito versátil, ingrediente indispensável na sopa dos pacientes, nas dietas pastosas, em forma de purês como guarnição dos cardápios tanto de pacientes como de funcionários, é ingrediente da maionese servida aos domingos no refeitório. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 900 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 13.500 kg anuais. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 260 kg semanais e serão necessários 16.000 kg de batata inglesa.

**Batata Salsa (Tasy 51831):** A batata salsa é utilizada para o cardápio dos pacientes, 1 vez por mês é servida cozida aos pacientes e semanalmente é realizada em forma de pastosa, sendo de boa aceitação. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 62 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 930 kg anuais. Valor muito abaixo do real consumo, pois este item não foi contemplado na licitação atual do DECON. Pretende-se solicitar de 100 kg semanais e serão necessários 1.200 kg de batata salsa.

**Beterraba (Tasy 2933):** A beterraba é muito usada na salada servidas aos pacientes e funcionários e para decorações em formatos variados para as marmitas dos pacientes visando atendimento humanizado. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 103,75 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 1.556 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 75 kg mensais e serão necessários 1.000 kg de beterraba.

**Brócolis (Tasy 62701):** O brócolis é bastante usado para compor o cardápio dos pacientes, como guarnição na seleta de legumes, e para o cardápio do refeitório em preparações tais como yakissoba, macarrão com legumes, frango xadrez. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 33,5 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 502,5 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 35 kg mensais e serão necessários 500 kg de brócolis.

**Cebola (Tasy 2935):** A cebola é ingrediente indispensável no tempero das preparações salgadas, em carnes aceboladas, molhos. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 516 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 7.740 kg anuais. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 180 kg semanais e serão necessários 10.800 kg de cebola.

**Cebolinha (Tasy 63713):** é utilizada diariamente como tempero e finalização dos pratos servidos aos pacientes, acompanhantes e servidores. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 22 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 330 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 25 kg semanais e serão necessários 300 kg de cebolinha.

**Cenoura (Tasy 2937):** A cenoura é utilizada todos os dias na dieta dos pacientes, é muito versátil e amplamente utilizada na preparação dos alimentos, em forma de legumes cozidos, sopas, pastosas, saladas, maionese, yakissoba, frango xadrez, bolos. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 177 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 2.655 kg anuais. O valor ficou abaixo da média de consumo pois entre os meses de julho a fevereiro/2024 a cenoura foi solicitada da Agricultura Familiar. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 400 kg semanais e serão necessários 5.000 kg de cenoura.

**Chicória (Tasy 62702):** A chicória é usada para a salada de pacientes e funcionários. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 55 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 825 kg anuais. Pretende-se solicitar de 30 a 40 kg semanais e serão necessários 500 kg de chicória.

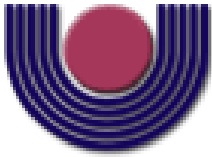
**Chuchu (Tasy 2939):** O chuchu serve como guarnição no cardápio tanto para pacientes como para funcionários, utilizado em preparações salgadas como torta de legumes, yakissoba entre outros e na sopa é usado com bastante frequência. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 139 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 2.085 kg anuais. O valor ficou abaixo da média de consumo pois em alguns meses o chuchu foi solicitado da Agricultura Familiar. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 400 kg semanais e serão necessários 5.000 kg de chuchu.

**Couve-flor (62703):** A couve-flor é oferecida como guarnição de diversas maneiras, como a gratinada. é utilizado para compor os legumes dos pacientes, e para o cardápio do refeitório em preparações tais como yakssoba, macarrão com

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta PE 1672-2024 - hortifrut





legumes, frango xadrez. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 34 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 510 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 35 kg mensais e serão necessários 500 kg de couve-flor.

**Couve manteiga (Tasy 62704):** A couve manteiga é bastante usada como salada tanto para pacientes e funcionários, bem como ingrediente de farofas e outros preparos. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 28,4 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 426 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 30 kg mensais e serão necessários 400 kg de couve manteiga.

**Gengibre (Tasy 58017).** Será utilizado 2 vezes por mês nas preparações de frango xadrez e yakssoba servido no refeitório para dar sabor especial a estes pratos. Será solicitado 2 kg por mês, 24 kg anuais.

**Hortelã (Tasy 62364).** Será utilizada 2 vezes por mês nas preparações de kibe assado e tabule servido no refeitório para dar sabor especial a estes pratos; também poderá ser utilizada para sucos e chás servidos aos pacientes. Será solicitado 20 maços por mês, 240 maços anuais.

**Mandioca (Tasy 51830):** A mandioca é ingrediente frequente na sopa dos pacientes, também feita cozida para acompanhamento tanto no cardápio de funcionários quanto dos pacientes, utilizada em pratos como vaca atolada, purês e pastosas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 312 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 4.680 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 250 kg mensais e serão necessários 3.000 kg de mandioca.

**Pepino (Tasy 2959):** O pepino é usado para saladas de funcionários, item muito apreciado no cardápio. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 160 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 2.400 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 200 kg mensais e serão necessários 2.400 kg de pepino.

**Pimentão Amarelo (Tasy 51834):** O pimentão amarelo também é usado no preparo de frango xadrez e yakisoba e em molhos e vinagretes. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 7,8 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 117 kg anuais. Valor bem abaixo da real necessidade pois este item não foi contemplado na licitação do DECON. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 15 kg mensais e serão necessários 180 kg de pimentão amarelo.

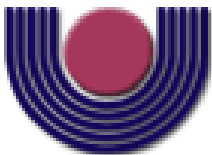
**Pimentão verde (Tasy 2960):** O pimentão verde é usado no preparo de frango xadrez e yakisoba e em molhos e vinagretes. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 19 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 285 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 15 kg mensais e serão necessários 180 kg de pimentão verde.

**Pimentão vermelho (Tasy 51833):** Esse item é usado no preparo de frango xadrez e yakisoba e em molhos e vinagretes. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 7,8 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 117 kg anuais. Valor bem abaixo da real necessidade pois este item não foi contemplado na licitação do DECON. Este valor não será suficiente para atender a demanda de 15 kg mensais e serão necessários 180 kg de pimentão vermelho.

**Repolho roxo (Tasy 58019):** o repolho roxo é muito utilizado para saladas cruas e cozidas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 38 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 570 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 40 kg mensais e serão necessários 570 kg de repolho roxo.

**Repolho Verde (Tasy 2962):** O repolho verde é bastante usado como salada cru ou cozida servida ao refeitório para funcionários, também como ingrediente de farofas. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 115,8 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 1.737 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 125 kg mensais e serão necessários 1.500 kg de repolho verde.

**Rúcula (Tasy 62705):** A rúcula é uma salada muito apreciada tanto por funcionários quanto pelos pacientes, desta forma também compõe o cardápio de verduras oferecido. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 25



kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 375 kg anuais. Será necessário 300 kg de rúcula.

**Salsinha (Tasy 63711)** Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 22 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 330 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 25 kg semanais e serão necessários 300 kg de salsinha.

**Tomate (Tasy 3127):** O tomate serve para diversas preparações, tanto para preparo de receitas salgadas como molhos quanto para servir como salada. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 867 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 13.000 kg anuais. Este valor será suficiente para atender a demanda de 180 a 200 kg mensais e serão necessários 12.000 kg de tomate.

**Vagem (Tasy 3090):** A vagem é utilizada em varias preparações salgadas, como farofas, salpicão e salada cozida. Conforme o relatório de consumo de 2023/2024 foram utilizados 40 kg mensais, mais a margem de segurança de 25%, chega-se a um valor de 600 kg anuais. Valor abaixo do real consumo pois este item ficou deserto na licitação anterior. Este valor será suficiente para atender a demanda de 100 kg mensais e serão necessários 1.200 kg de vagem.

#### 1.1.4. Proposta parcial:

1.1.4.1. Não será permitido ao licitante oferecer proposta parcial.

1

## 2. DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO E DA JUSTIFICATIVA

Solicita-se a aquisição de hortifrutigranjeiros com intuito de que seja atendida a demanda do Serviço de Nutrição e Dietética e Lactário do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, pelo período de 12 meses.

O Serviço de Nutrição e Dietética (SND) atende aos pacientes internados nas alas F1, F2, G2, G3, G4, enfermaria pediátrica, maternidade, centro obstétrico, pronto socorro, psiquiatria, UCI, UTI neonatal, UTI adulto 1, UTI adulto 2, UTI covid, UTI pediátrica, UTI PS, totalizando mais de 350 leitos do Hospital Universitário do Oeste do Paraná, com 5 refeições diárias.

As alimentações são servidas também aos acompanhantes de pacientes, servidores e residentes que atuam na Instituição com fundamento no artigo 16 das Leis 10.741/03 e 14.423/22 (Estatuto da Pessoa Idosa) ([Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003](#), [Lei nº 14.423, de 2022](#)), art. 12 da Lei 8.069 (Estatuto da Criança e do Adolescente) ([Lei nº 8.069, de 13 de julho 1990](#)), Portaria 280/99 Ministério da Saúde, Lei 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ([Lei n. 13.146/2015](#), Lei 11.108/05 (gestantes e parturientes) ([11.108/05](#)), art. 30 e 35 da Lei 11713/97 (servidores) ([Lei nº 11.713, de 07 de maio de 1997](#)), art. 4º, § 5º, II, das Leis 6932/81 e Lei 12.514/11 (residentes) ([Lei nº 6.932, de 7 de julho de 1981](#), [Lei nº 12.514, de 28 de outubro de 2011](#)).

1. Segundo a Portaria nº 1.820, de 13 de agosto de 2009, a qual dispõe sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, no Art. 4º consta que *“Toda pessoa tem direito ao atendimento humanizado e acolhedor, realizado por profissionais qualificados, em ambiente limpo, confortável e acessível a todos”*.

Compete ao nutricionista, enquanto profissional de saúde, conforme o Artigo 3º da [Lei Federal nº 8.234, de 17 de setembro de 1991](#), inciso VIII, *assistência dietoterápica hospitalar, ambulatorial e a nível de consultórios de nutrição e dietética, prescrevendo, planejando, analisando, supervisionando e avaliando dietas para enfermos*.

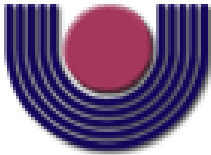
Desta forma, os nutricionistas que atuam no HUOP prescrevem aos pacientes internados dietas enterais e orais em concordância com a prescrição médica, levando em consideração a patologia e as restrições de cada indivíduo, visando sempre a promoção e a recuperação da saúde nutricional do paciente.

Segundo a [Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006](#), que trata sobre o direito humano, a alimentação adequada e da segurança alimentar e nutricional; versa no seu Art. 2º *A alimentação adequada é direito fundamental do ser humano, inerente à dignidade da pessoa humana e indispensável à realização dos direitos consagrados na Constituição Federal, devendo o poder público adotar as políticas e ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população*.

§ 1º *A adoção dessas políticas e ações deverá levar em conta as dimensões ambientais, culturais, econômicas, regionais e sociais*.

§ 2º *É dever do poder público respeitar, proteger, promover, prover, informar, monitorar, fiscalizar e avaliar a realização do direito humano à alimentação adequada, bem como garantir os mecanismos para sua exigibilidade*.

Art. 3º *A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis*.



Segundo a Portaria nº 2.715, de 17 de novembro 2011, a qual atualiza a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, em um de seus Princípios, estabelece: A segurança alimentar e nutricional com soberania: A Segurança Alimentar e Nutricional é estabelecida no Brasil como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

Entende-se por alimentação adequada e saudável a prática alimentar apropriada aos aspectos biológicos e socioculturais dos indivíduos, bem como ao uso sustentável do meio ambiente. Ou seja, deve estar em acordo com as necessidades de cada fase do curso da vida e com as necessidades alimentares especiais hospitalizados (PORTARIA Nº 2.715, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011).

No âmbito hospitalar, é necessário promover a articulação entre o acompanhamento clínico e o acompanhamento nutricional, tendo em vista a relevância do estado nutricional para a evolução clínica dos pacientes; assim como a interação destes com os serviços de produção de refeições e os serviços de terapia nutricional, entendendo que a oferta de alimentação adequada e saudável é componente fundamental nos processos de recuperação da saúde e prevenção de novos agravos nos indivíduos hospitalizados (PORTARIA Nº 2.715, DE 17 DE NOVEMBRO DE 2011).

Para o refeitório são oferecidas 5 refeições, servidas todos os dias da semana, divididas em:

Refeitório	Refeições	Descritivo
Cafê da Manhã 06:00 – 09:00	400 – 500 refeições	Cafê, leite, chá, pão francês, doce e margarina
Almoço 11:00 – 13:00	400 – 500 refeições	Arroz, feijão, 1 tipo de carne, 1 tipo de guarnição, 1-2 tipos de salada
Lanche da tarde 14:00 – 15:00	400 – 500 refeições	Cafê, leite, chá, pão francês, doce e margarina
Jantar 22:00 – 23:30	150 – 180 refeições	Arroz, feijão, 1 tipo de carne, 1 tipo de guarnição, 1-2 tipos de salada
Ceia A partir das 05:00	200 refeições	Cafê, leite, chá, pão francês, doce e margarina

Para o cardápio dos pacientes e acompanhantes são fornecidas 5 refeições, servidas todos os dias da semana, divididas em:

	Refeições	Descritivo
Cafê da Manhã 07:40	400 – 450 refeições	Cafê, leite, chá, pão francês, pão integral, biscoitos, doce e margarina
Almoço 11:30	400 – 450 refeições	Arroz, feijão, 1 tipo de carne, 1 tipo de guarnição, 1 tipo de salada, suco natural e sobremesa. E demais dietas especiais como: leve, pastosa, etc.
Lanche da tarde 14:45	400 – 450 refeições	Cafê, leite, chá, pão francês, pão integral, biscoitos, bolos, vitaminas, achocolatados, iogurtes, doce e margarina,
Jantar 17:45	400 – 450 refeições	Arroz, feijão, 1 tipo de carne, 1 tipo de guarnição ou sopa
Ceia 19:30	400 – 450 refeições	Cafê, leite, chá, pão francês, biscoitos, doce e margarina

Fornecer alimentação adequada e de forma contínua, que atenda aos requerimentos nutricionais para os pacientes internados, uma vez que a alimentação no âmbito hospitalar se constitui em medida coadjuvante na evolução clínica, pela manutenção ou recuperação do seu estado nutricional, reflete no tempo de permanência hospitalar e na diminuição da mortalidade e morbidade.

Tendo em vista, que uma dieta equilibrada contribui para a melhora dos pacientes e por consequência uma desospitalização mais rápida, é de grande valia o cardápio fornecido seja equilibrado e nutricionalmente completo, trazendo benefícios aos pacientes e colaboradores e assim refletindo em economia para a Instituição.

Desta forma a aquisição de gêneros alimentícios, fundamentada na Lei 14.133/2021, é necessária para atender a demanda de refeições servidas diariamente, tendo em vista que a segurança alimentar é de extrema importância para a recuperação dos pacientes.



Segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira, elaborado pelo Ministério da Saúde (2014) a ingestão de nutrientes, propiciada pela alimentação, é essencial para a boa saúde. Igualmente importantes para a saúde são os alimentos específicos que fornecem os nutrientes, as inúmeras possíveis combinações entre eles e suas formas de preparo, as características do modo de comer e as dimensões sociais e culturais das práticas alimentares.

As refeições dos servidores são servidas em estilo buffet no refeitório pois segundo o Guia Alimentar para a População Brasileira (2014) o comer em companhia quando se está fora de casa, no trabalho ou na escola ajuda colegas e amigos a se conhecerem melhor e trocarem experiências. Facilita o entrosamento de grupos, aumenta o senso de pertencimento e contribui para o bom desempenho de tarefas do trabalho ou da escola.

Contudo, as refeições oferecidas aos pacientes e acompanhantes são servidas nas alas, na forma e nos horários acima expostos e com cardápio pré-definido, e desta forma os alimentos necessitam de embalagens adequadas para seu transporte e correto acondicionamento, primando pela segurança alimentar da comunidade atendida.

A aquisição de hortifrutigranjeiros, se faz necessária com o objetivo de suprir as necessidades de consumo da unidade, na elaboração de refeições aos beneficiários atendidos, com intuito de melhorar a qualidade nutricional na alimentação diária, uma vez que são insumos imprescindíveis para o fornecimento de refeições à comunidade atendida.

Considerando que na licitação de hortifrutigranjeiros vigente o quantitativo destinado às micro e pequenas empresas ficou deserto, de modo que o saldo da ampla concorrência será insuficiente.

Considerando que não se vislumbra ata no GMS a qual se justifique a adesão.

Considerando que o Hospital Universitário do Oeste do Paraná é serviço público essencial e a falta de suprimentos (gêneros alimentícios) ocasionaria prejuízo a continuidade deste serviço e por consequência afetaria a segurança da comunidade atendida, se faz necessária novo Registro de Preço para que a população atendida não seja afetada e prejudicada.

Desta forma solicita-se abertura de novo processo licitatório por Registro de Preço para 12 meses.

### 3. PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO/OBJETO

3.1. O objeto será licitado por item.

3.1.1. Lotes com único item.

### 4. TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESA (ME) E EMPRESA DE PEQUENO PORTE (EPP) - LEI 123/2006 (cota 25%):

Nos itens de contratação acima de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), conforme o art. 48, III, da Lei Complementar Federal n.º 123, a Administração deverá estabelecer, em certames para aquisições de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de Microempresas, Empresas de Pequeno Porte, Microempreendedor Individual e Cooperativas.

Desta forma os itens do processo são passíveis de divisão conforme tratamento diferenciado para microempresa e empresa de pequeno porte - lei 123/2006.

Os itens de contratação serão destinados a ampla concorrência, não excluindo participação de microempresas e empresas de pequeno porte, para evitar que os itens fiquem frustrados ou contemplados superfaturados, trazendo prejuízo à Instituição.

### 5. PESQUISA DE PREÇOS

5.1. Os valores máximos constam no item 1.1.1 - Tabela de itens/lotes.

5.2. O mapa de formação de preço foi realizado conforme avaliação do gestor dos itens, fundamentado no Art. 368 do Decreto Estadual 10086/2022 que regulamenta a Lei Federal 14133/2021 e consta no e-protocolo.

5.3. As fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s) constam no Apêndice I do Termo de Referência.

### 6. SUSTENTABILIDADE

6.1. O contratado deverá adotar práticas de sustentabilidade, entre elas:

6.1.1. que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme normas específicas da ABNT;

6.1.2. que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO, como produtos sustentáveis ou de menor impacto





ambiental em relação aos seus similares;

**6.1.3.** que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

**6.1.4.** que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

**6.2** Logística reversa: A destinação correta e logística reversa está descrita no Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde (PGRSS) do HUOP.

## 7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:

- 7.1. Prazo de entrega/realização do serviço: conforme item 8;
- 7.2. Horário de entrega do produto/ realização do serviço: conforme item 8;
- 7.3. Condições de entrega do produto/serviço: conforme item 8;
- 7.4. Prazo de validade do produto: conforme item 8.4;
- 7.5. Prestação de garantia nas contratações de obras, serviços e fornecimentos: conforme item 16;
- 7.6. Garantia do produto/serviço: conforme item 9.1.3;
- 7.7. Manutenção e à assistência técnica: conforme item 9;
- 7.8. Capacitação: conforme item 9.1.2.
- 7.9. Forma de contratação: licitação;
- 7.10. Modalidade de licitação: pregão;
- 7.11. Tipo de licitação: registro de preço;
- 7.12. Critério de julgamento: menor preço;
- 7.13. Abrangência: nacional;
- 7.14. Modo de disputa: aberto;
- 7.15. Parcelamento ou não da solução: conforme item 3;
- 7.16. Instrumento de contratação: ordem de compra ou instrumento equivalente;
- 7.17. Intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances: 1 %.

## 8. DO LOCAL E DO PRAZO DA ENTREGA, E CONDIÇÕES DO FORNECIMENTO

**8.1.** O fornecimento será com entregas parceladas sendo que as solicitações serão realizadas mensalmente. Após o recebimento da ordem de compra a empresa deve realizar a entrega em sua totalidade.

**8.2.** O prazo de entrega dos bens é de segundo o cronograma mensal de entrega. Os pedidos serão parcelados ao longo do período.

**8.3.** A entrega deverá ser realizada no Hospital Universitário do Oeste do Paraná, Cascavel - Paraná, CEP.: 85.806-470, no Serviço de Nutrição e Dietética, subsolo do prédio, entrada pela Rua Aimorés (rua lateral), no Serviço de Nutrição e Dietética. Telefone: (45) 3321-5240 e \_mail: huop.snd@unioeste.br de segunda a sexta das 08:00 às 12:00 horas e das 13:00 às 17:00 horas e, aos sábados, das 08:00 às 12:00 horas.

**8.4.** O prazo de validade, na data da entrega, não pode ser inferior a 2/3 a partir do recebimento do produto.

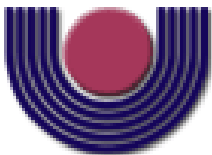
**8.5.** Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 02 (dois) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**8.6.** Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no mesmo prazo estipulado para a entrega da ordem de compra, a contar da notificação do contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.7.** Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 3 (três) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**8.7.1.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.





**8.8.** Nos termos do art. 359 do Decreto n.º 10.086, de 2022, poderá ser dispensado o recebimento provisório nos casos de gêneros perecíveis e alimentação preparada, bem como nos casos de calamidade pública, quando caracterizada a urgência no atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares, e ainda, nas compras até o valor previsto no inciso II do art. 75, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, desde que não se componham de aparelhos, equipamentos e instalações sujeitos à verificação de funcionamento e produtividade.

**8.9.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do contratado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

**8.10.** A contratada se obriga a ajustar, refazer e ou substituir qualquer produto entregue, que pelo material utilizado ou defeito na fabricação prejudique a instituição.

**8.11.** Na ocorrência o gestor do contrato fará a solicitação para ajustar, refazer ou substituir o (s) produto(s), objeto(s) dessa Licitação, sendo que se esta não atender ao solicitado sofrerá as penalidades previstas em lei.

**8.12.** Das condições do fornecimento :

**8.12.1.** O transporte dos gêneros alimentícios deve ser feito dentro do preconizado, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte, temperatura específica exigida para o produto, em veículo limpo, com cobertura protetora para a carga, de forma que mantenha a integridade do produto, conforme Resolução RDC nº 275, de 21 de outubro de 2002 (ANVISA), e Portaria nº 326, de 30 de julho de 1997, SVS/MS - Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância Sanitária. Todos os demais elementos necessários ao atendimento à demanda da Administração estarão dispostos no Termo de Referência, entre eles as obrigações e responsabilidades da contratada e demais especificidades do objeto. Acompanhado de nota fiscal com número ordem de compra e outras especificações técnicas do produto de acordo com o Código de Defesa do Consumidor e as exigências do edital.

## **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO E DO CONTRATANTE**

### **9.1. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

**9.1.1.** efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.

**9.1.1.1.** responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

**9.1.1.2.** substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos.

**9.1.1.3.** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

**9.1.1.4.** indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato.

**9.1.1.5.** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

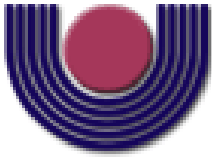
**9.1.1.6.** manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente. A empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual.

**9.1.1.7.** guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

**9.1.1.8.** o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

**9.1.1.9.** arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

- alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.



- 9.1.1.10. atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital
- 9.1.1.11. realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020.
- 9.1.1.12. cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.
- 9.1.1.13. se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.
- 9.1.2. Capacitação: não se aplica.
- 9.1.3. Garantia do produto/serviço: não se aplica.
- 9.1.4. Comodato: não se aplica.

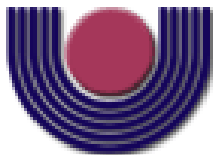
2

## 9.2. SÃO OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

- 9.2.1 receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;
- 9.2.2 exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 9.2.3 verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 9.2.4 comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 180/2013 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>);
- 9.2.5 acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 9.2.6 efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;
- 9.2.7 efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 9.2.8 emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;
- 9.2.9 ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;
- 9.2.10 adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;
- 9.2.11 prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

## 10. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

- 10.1. O critério de julgamento da proposta está definido no item 2 das Condições Específicas do Pregão.
- 10.2. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.
- 10.3. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 10.4. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 10.5. A análise de habilitação jurídica, fiscal e trabalhista será efetuada concomitantemente com a análise técnica da proposta e documentação técnica.
- 10.6. As exigências da habilitação técnica, tanto para a qualificação do licitante quanto para a qualificação dos itens, bem como os certificados de capacidade técnica, se aplicáveis, estão devidamente descritos abaixo:



## 10.7. REQUISITOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA

**10.7.1.** Na etapa subsequente de lances e convocação do pregoeiro, é necessário apresentar os seguintes documentos junto com a proposta da empresa, a fim de possibilitar a qualificação técnica tanto do proponente quanto dos itens, conforme descrito abaixo:

<b>3 10.7.1.1. Para qualificação do proponente:</b>
---

**10.7.1.1.1** Licença Sanitária atualizada dos proponentes. Estando o certificado de licença vencida, a licitante deverá apresentar o protocolo da solicitação de revalidação acompanhada do registro vencido. Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de protocolo. A licença deve constar como ramo de atividade o comércio/distribuição de alimentos.

- Apresentar Licença Sanitária atualizada do fornecedor que irá distribuir os produtos ao proponente. Estando o certificado de licença vencida, a licitante deverá apresentar o protocolo da solicitação de revalidação acompanhada do registro vencido. Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de protocolo. A licença deve constar como ramo de atividade o comércio/distribuição de alimentos.

### 10.7.1.2. Para qualificação dos itens:

**10.7.1.2.1.** Catálogo, ficha técnica ou imagem do produto para avaliação técnica do item, podendo ser identificado os ingredientes, composição, peso do produto e demais descritivos, se exigido no item 1.1.1;

**10.7.2.** Quanto aos critérios da habilitação técnica, será considerado aprovado o produto/serviço que atender aos seguintes critérios técnicos:

**10.7.2.1.** Conformidade da:

**10.7.2.2.** proposta com as especificações do edital;

**10.7.2.3.** catálogo ou bula do produto proposto com as especificações do edital (embalagem, apresentação, comprimento, material entre outros) se exigido no item 1.1.1;

**10.7.2.4.** documentação técnica apresentada com a solicitada;

**10.7.2.5.** dos documentos de habilitação técnica do proponente. Os dados da proponente apresentados na proposta devem coincidir com o disposto nos documentos técnico solicitados no item 3. Serão avaliados os itens: razão social, CNPJ, endereço e natureza da atividade para qual a empresa está habilitada. Podem ser utilizados como fontes de consulta outros documentos ofertados na habilitação jurídica da empresa.

### 10.7.3. Amostras:

**10.7.3.4.** Não serão solicitadas amostras para os itens desse processo. No entanto, as análises sobre as especificações técnicas dos itens serão avaliadas ao longo do período vigente, a fim de verificação da conformidade do produto ofertado, onde deve constar o tipo da variedade ofertada, confrontado com as exigências técnicas expressas por parâmetros e padrão de desempenho constante no descritivo do Termo de Referência e às informações técnicas prestadas pelo arrematante.

**10.7.5** Atestado de capacidade técnica: não se aplica.

## 10.8. REQUISITOS DE CONTRATAÇÃO

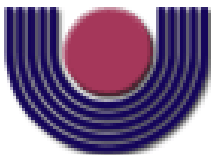
**10.8.2.** Não há requisitos para contratação definidos para este processo.

## 11. FORMA DE PAGAMENTO

**11.7.** As notas fiscais devem ser emitidas para a Razão Social especificada nas “Informações para o Fornecedor” das “Ordens de Compras”, podendo ser UNIOESTE/HUOP, CNPJ 78.680.337/0007-70 ou SESA/FUNSAÚDE, CNPJ 08.597.121/0001-74, constando número da licitação, lote/item e validade dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**11.8.** O pagamento fica condicionado a correta emissão da NFe, inclusive quanto ao correto destaque do valor de IR a ser retido observadas as regras das IN RFB nº1.234/2012 e 2.145/2023 em todos os documentos fiscais emitidos para a Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Unioeste, a partir de 1º de Setembro de 2023, em caso de a empresa não ser optantes pelo SIMPLES Nacional/MEI.

**11.9.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo de até 30 (trinta) dias contados a partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Contratado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e



notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido por meio do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação) e Municipal, com o FGTS, INSS e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

11.10. Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

11.10.2. Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente junto à instituição financeira Contratado pelo Estado, conforme o disposto no Decreto n.º 4.505, de 2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

11.11. No caso de instituição de multa, a mesma poderá ser descontada do pagamento devido pela Administração Pública estadual, decorrente de outros contratos firmados entre as partes, caso em que a Administração reterá o pagamento até o adimplemento da multa, com o que concorda o licitante ou contratante.

11.12. A retenção de pagamento de outros contratos, pela Administração Pública, no período compreendido entre a decisão final que impôs a multa e seu adimplemento, suspende a fluência de prazo de pagamento pela Administração.

11.12.2. Decorrido o prazo de adimplemento da multa, caso esta não tenha sido paga, os valores serão descontados da fatura apresentada.

## 12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento geral do Estado. A previsão dos recursos orçamentários com a indicação de rubricas não está prevista neste processo, uma vez que se trata de um registro de preço, conforme estabelecido no Art. 55, inciso V do Decreto Estadual 10.086/2022.

## 13. VIGÊNCIA

13.7. O prazo de vigência da ata de registro de preço será de 1 (um) ano e poderá ser prorrogado, por um ou mais períodos, desde que comprovado o preço vantajoso.

## 14. DO REAJUSTAMENTO

14.7. A periodicidade de reajuste do valor deste contrato será anual, conforme disposto na Lei Federal n.º 10.192, de 2001, utilizando-se o índice IPCA.

14.7.2. A data-base do reajuste será vinculada à data do orçamento estimado.

14.7.3. O reajuste será concedido mediante simples apostila, conforme dispõe o art. 136 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

14.8. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir do último reajuste.

14.9. Não serão admitidos apostilamentos com efeitos financeiros retroativos à data da sua assinatura.

14.10. A concessão de reajustes não pagos na época oportuna será apurada por procedimento próprio.

## 15. SUBCONTRATAÇÃO

15.7. Não será admitida a subcontratação.

## 16. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

16.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução, conforme previsto no art. 96 da lei Federal 14.133/2021.





## 17. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

17.7. É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação do Contratado com outra pessoa jurídica, desde que:

17.7.2. sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;

17.7.3. sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e

17.7.4. não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

17.8. A alteração subjetiva a que se refere o item 17.1 deverá ser formalizada por termo aditivo ao contrato.

## 18. DA EQUIPE TÉCNICA

18.7. A equipe técnica poderá diligenciar e ou solicitar documentação complementar que comprove a regularidade do proponente e do fabricante/detentor do registro.

18.8. A equipe técnica poderá solicitar o envio do Catálogo Original sempre que julgar necessário.

18.9. Qualquer esclarecimento e informações sobre amostras, catálogos, e ainda especificações técnicas dos produtos contatar Talita Cristina Maffei da Rosa, responsável pelo Serviço de Nutrição e Dietética pelo telefone (45) 3321 5240 das 8h às 12h e das 13h às 17h.

## 19. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

19.7.2. A responsabilidade pela gestão deste contrato conforme atribuições definidas no art. 10 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Talita Cristina Maffei da Rosa, nutricionista, CPF: 007.001.229-66, e-mail: huop.snd@unioeste.br, telefone do setor: (45) 3321 5240.

19.7.3. A responsabilidade pela fiscalização deste contrato conforme atribuições definidas nos art. 11 e 12 do Decreto n.º 10.086, de 2022; caberá à Daiana Franciele Pelegrino Andreola (CPF 043.384.939-84) e Luciane Cristina Schauern de Matos (CPF 038.986.309-27), servidoras do HUOP lotadas no SND, huop.snd@unioeste.br, (45) 3321 5240.

19.7.4. O servidor responsável pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por ato administrativo próprio do Contratante.

## 20. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.7. O licitante e o contratado que incorram em infrações sujeitam-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021 e nos Arts. 193 ao 227 do Decreto n.º 10.086, de 17 de janeiro 2022, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

## 21. DECRETO ESTADUAL N.º 10.086, de 2022

21.7. Os servidores que subscrevem este Termo de Referência atestam que observaram integralmente a regulamentação estabelecida pelo Decreto n.º 10.086, de 2022.

Cascavel, 18 de outubro de 2024.

**Talita Cristina Maffei da Rosa**  
**Responsável pela elaboração do Termo de Referência**



## Apêndice I - Fontes pesquisadas e a metodologia adotada na formação do(s) preço(s) máximo(s)

### Fontes pesquisadas e a metodologia adotada:

Preços existentes nos bancos de preços do Sistema GMS	(x)
Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas	( )
Pesquisa com fornecedores ou prestadores de serviços	(x)
Preços de Tabelas oficiais	( )
Preços constantes de banco de preços e <i>homepages</i>	(x)
Preços obtidos no BPS – base BPS	( )
Preços obtidos no BPS – base SIASG	(x)
Preços obtidos no Sistema Comprasnet	(x)
Último preço pago pelo HUOP	(x)
Nota Paraná	( )

### Resultado da Pesquisa de Preços

Média dos fornecedores consideráveis (x)

Mediana ( )

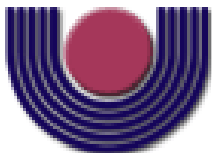
Menor Preço ( )

Observações:

- 1) A pesquisa de preços foi realizada pelo Setor de Compras por Ludmila Pereira de Oliveira Cappellari.
- 2) A Análise das propostas e valores, e apontamento do valor final para o edital, foi realizada pelo Gestor/solicitante, conforme despacho do Serviço de Nutrição e Dietética (fl. 1012, mov. 245) e Mapa de Preços (fls. 1013 a 1029, mov. 246) com as cotações analisadas pelo gestor/solicitante para composição da média.
- 3) O detalhamento de cada item segue em anexo.
- 4) Informamos que o presente processo foi inserido no Sistema GMS, conforme Check List em anexo (fl. 1084, mov. 258).
- 5) A sequência gerada no tasy pela cotação de preços para lançamento da licitação está registrada sob o número 3404.

18/10/2024.

Adriana Biscaia Barbosa Stucker  
Compras/HUOP



## Apêndice II – Cronograma de entrega de hortifruti

### CRONOGRAMA DE ENTREGAS DE HORTIFRUTIS DAS 08 ÀS 12H

Cronograma de hortifrutos desde fevereiro/2024.

#### SEMANA

##### **(Segunda-feira)**

20 unidades de abacaxi	100 kg banana nanica
100 kg laranja pera	2 kg limão taiti
60 kg maçã	80 kg mamão
2 melancias (em torno de 24 kg)	

##### **(Segunda-feira)**

Fixo:  
50 kg abóbora moranga  
20 kg abóbora Itália  
20 kg alface americana  
5 kg alho  
130 kg batata inglesa  
15 kg beterraba  
15 unidades brócolis  
15 unidades couve-flor  
100 kg cebola  
40 kg cenoura  
20 kg chuchu  
40 kg mandioca  
20 kg repolho  
100 kg tomate  
Variável:  
100 kg batata doce semana 1 e 3  
20 kg couve folha (em média 90 maços – conferir o peso) 2 últimas semanas

##### **(Sexta-feira)**

Fixo:  
60 kg abóbora Itália  
20 kg alface cresa  
120 kg batata inglesa  
60 kg cebola  
50 kg cenoura  
30 kg chuchu  
20 maços de cheiro verde  
20 kg pepino caipira  
30 kg pepino comum  
80 kg tomate  
Variável:  
10 kg pimentão verde frango xadres, 10 kg yakssoba e 5 kg outras 3 semanas: 35/mês

#### **AGRIVEL - Fixo**

##### **(Segunda-feira)**

50 kg banana	50 kg abóbora Itália
30 kg alface	5 kg alho
50 kg cenoura	50 kg chuchu
20 kg repolho verde	
5 kg cebolinha	5 kg salsinha

Variável:  
60 kg beterraba semana 1  
40 kg mandioca Batata doce semana 4

##### **(Quinta-feira)**

Variável:  
20 kg brócolis  
20 kg couve-flor

#### **CORES DA TERRA - Fixo**

##### **(Quinta-feira)**

50 kg abóbora Itália	20 kg alface	
5 kg alho	5 kg cebolinha	5 kg
salsinha	50 kg cenoura	
50 kg chuchu	20 kg repolho verde	

Variável: 50 kg mandioca e batata doce semana 5 60 kg beterraba semana 2



#### Apêndice IV - Mapa de Risco

Risco	Causa	Dano/ Consequência	Probabilidade (1 a 5)	Impacto (1 a 5)	Classif. (ref. Matriz)	Ação Preventiva	Responsável	Ação de Contingência (se o risco se concretizar)	Responsável
1. Morosidade do processo de contratação	Transição entre a legislação atual e a nova lei de licitações, Lei 14.133/21 / devido à falta de experiência das partes Morosidade das tramitações do processo	Falta de insumos para atendimento as refeições de pacientes, acompanhantes e servidores	3	3	Médio	Monitoramento do tempo de tramitação em cada etapa do processo de trabalho, para evitar morosidade nas tramitações	Setor de Compras	Acionar as partes responsáveis para realizar as providências necessárias com celeridade, e providenciar a tramitação do processo	Setor de compras
2. Atraso na licitação	Tramitações incorretas do processo Desinteresse dos potenciais fornecedores em cotar. Cotação com objeto que não atende as especificações técnicas solicitadas	Falta de insumos para atendimento as refeições de pacientes, acompanhantes e servidores	3	3	Médio	Contato diário com fornecedores que não encaminham as cotações. Análise das especificações técnicas	Setor de Licitação	Acionar as partes responsáveis para realizar as providências necessárias com celeridade, e providenciar a tramitação do processo	Setor de Licitação
3. Licitação deserta ou fracassada	Fornecedores participantes não atendem aos requisitos do Edital/Falta de interesse de fornecedores locais	Falta de insumos para atendimento as refeições de pacientes, acompanhantes e servidores	1	3	Médio	Realizar a divulgação da publicação do Edital ao banco de fornecedores existentes na CGSP e Setor de Compras das unidades contempladas; reforçando aos interessados a necessidade de atenção às exigências do Edital	Setor de Licitação	1) Republicar o Edital imediatamente após o resultado do certame; 2) em caso de reincidência do resultado, providenciar Dispensa de Licitação com embasamento em licitação deserta ou fracassada	Setor de Licitação
4. Falta ou atraso da entrega	Fornecedor pode atrasar a entrega dos produtos dentro do prazo estabelecido	Falta de insumos para atendimento as refeições de pacientes, acompanhantes e servidores	2	Médio 3	Médio	Solicitar os produtos com antecedência evitando-se a falta de produtos em estoque	Serviço de Nutrição e Dietética	Substituir por outra que se aproxime das necessidades	Serviço de Nutrição e Dietética
5. Falta de matéria-prima no mercado	Alguns acessórios são importados e pode ocorrer a falta no mercado externo	Falta de insumos para atendimento as refeições de pacientes, acompanhantes e servidores	2	Médio 3	Médio	Solicitar os produtos com antecedência evitando-se a falta de produtos em estoque	Serviço de Nutrição e Dietética	Substituir por outra que se aproxime das necessidades	Serviço de Nutrição e Dietética





Apêndice III - Matriz de Risco

3. MATRIZ DE RISCO

I M P A C T O	Muito Alto 5	Médio	Alto	Alto	Alto	Alto
	Alto 4	Médio	Médio	Alto	Alto	Alto
	Médio 3	Baixo	Médio	Médio	Alto	Alto
	Baixo 2	Baixo	Médio	Médio	Médio	Alto
	Muito baixo 1	Baixo	Baixo	Baixo	Médio	Médio
		1	2	3	4	5
		Raro	Pouco Provável	Provável	Muito Provável	Praticamente certo
PROBABILIDADE						

Responsável pela Elaboração: Talita Cristina Maffei da Rosa

Revisão: Serviço de Nutrição e Dietética

Data da Elaboração: 23/08/2024.



## Anexo I - DOS DOCUMENTOS

1. O licitante convocado para apresentar os documentos de habilitação, deverá entregar, no prazo máximo de 2 (duas) horas, a contar da notificação, os documentos de habilitação, os quais devem ser enviados pelo sistema de compras eletrônicas conforme estabelecido no presente Edital:

1.1. A documentação constante nos itens 2.1 à 2.1.5 e 3 do Anexo II - DOS DOCUMENTOS poderá ser substituída por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, tais com o GMS E SICAF, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto nesta Lei e que os documentos relacionados no certificado estejam dentro do prazo de validade.

### 2. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

2.1. Comprovante de constituição da empresa:

2.1.1. Cédula de Identidade, no caso de pessoa física, ou;

2.1.2. Registro comercial, no caso de empresa individual, ou;

2.1.3. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou;

2.1.4. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de ato formal de designação de diretoria em exercício, ou;

2.1.5. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País.

2.2. Procuração do representante do licitante no pregão, se for o caso. (Anexo IV - MODELO DE PROCURAÇÃO)

### 3. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:

3.1. Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

3.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

3.3. Certificado de regularidade do FGTS, emitido pela Caixa Econômica Federal;

3.4. Certidões de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União e Certidão relativa a Contribuições Previdenciárias);

3.5. Fazenda Estadual (inclusive do Estado do Paraná para licitantes sediados em outro Estado da Federação);

3.6. Fazenda Municipal;

3.7. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), instituída pela Lei Federal n.º 12.440/2011;

### 4. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

4.1. O fornecedor deverá encaminhar:

4.1.1. para pessoa jurídica, certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

### 5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA:

5.1. Licença Sanitária atualizada dos proponentes.

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta PE 1672-2024 - hortifruti



**5.2.** Estando o certificado de licença vencida, a licitante deverá apresentar o protocolo da solicitação de revalidação acompanhada do registro vencido.

**5.3.** Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de protocolo.

**5.4.** A licença deve constar como ramo de atividade o comércio/distribuição de alimentos.

## **6. DOCUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA DO ITEM:**

**6.1.** Licença Sanitária atualizada do fornecedor que irá distribuir os produtos ao proponente.

**6.2.** Estando o certificado de licença vencida, a licitante deverá apresentar o protocolo da solicitação de revalidação acompanhada do registro vencido.

**6.3.** Somente serão aceitos protocolos de revalidação do certificado acompanhados da Legislação Municipal que ampare o período de protocolo.

**6.4.** A licença deve constar como ramo de atividade o comércio/distribuição de alimentos.

## **7. COMPROVANTE DA CONDIÇÃO DE ME OU EPP**

**7.1.** Certidão Simplificada original da Junta Comercial da sede do licitante ou documento equivalente, **além de Declaração escrita** sob as penas da lei, de que cumpre os requisitos legais de qualificação da condição de microempresa, de empresa de pequeno porte ou microempreendedor individual, estando apto a usufruir dos benefícios previstos nos art. 42 a art. 49 da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006 (Anexo VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE), bem como o Demonstrativo de Resultado do Exercício – DRE, a que se refere a Resolução n.º 1.418, de 2012, de Conselho Federal de Contabilidade – CFC, ou outra norma que vier a substituir (art. 122, parágrafo único do Decreto Estadual n.º 10.086/2022).

**7.2.** De acordo com o art. 43, §1º, da Lei Complementar Federal n.º 123, de 2006, havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista das microempresas, empresas de pequeno porte ou microempreendedor individual, será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogável por igual período, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**7.2.1.** A prorrogação do prazo previsto no item anterior deverá ser concedida pela Administração sempre que requerida pelo licitante, salvo na hipótese de urgência da contratação, devidamente justificada.

**7.3.** A não-regularização da documentação, no prazo previsto no parágrafo anterior, implicará na decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, sendo facultado ao órgão ou entidade responsável pelo processo licitatório convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

**7.4.** Na hipótese do item 7.2, as microempresas, as empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, mesmo que esta apresente alguma restrição.

**7.5.** Eventuais informações/certidões vencidas no registro cadastral deverão ser supridas pela apresentação do respectivo documento atualizado.

**7.6.** Todos os documentos apresentados deverão identificar o licitante, com a indicação do nome empresarial e o CNPJ da matriz, quando o licitante for a matriz, ou da filial, quando o licitante for a filial (salvo para os documentos que são emitidos apenas em nome da matriz).







**Anexo III - MODELO DE PROCURAÇÃO**

OUTORGANTE: XXXXXXXX, pessoa jurídica de direito privado, neste ato representado por XXXXXXXX,, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX,, CPF n.º XXXXXXXX,, residente e domiciliado na Rua XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

OUTORGADO: XXXXXXXX, portador da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX, e do CPF n.º XXXXXXXX, residente e domiciliado no(a) XXXXXXXX, n.º XXXXXXXX, Cidade XXXXXXXX, Estado XXXXXXXX, CEP XXXXXXXX.

PODERES: Por este instrumento, o OUTORGANTE confere ao OUTORGADO os mais amplos e gerais poderes, para em seu nome representá-lo no(a) Pregão Eletrônico n.º XXXX/XXXX, podendo para tanto protocolar e receber documentos, assinar declarações, propostas e contratos de fornecimento, interpor recurso, efetuar e efetivar lances no pregão, enfim, todos os atos necessários ao fiel e cabal cumprimento deste mandato.

Cidade, 18 de outubro de 2024.

\_\_\_\_\_  
OUTORGANTE



## Anexo IV - DECLARAÇÃO CONJUNTA

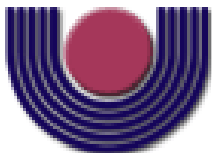
### (Declaração obrigatória)

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, **DECLARA**, para os devidos fins, que tem pleno conhecimento das regras contidas no edital de licitação e que possui as condições de habilitação previstas no edital, bem como:

- atendemos e aceitamos todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital.
- nos responsabilizamos pela qualidade e integridade do produto durante o período de validade e, inclusive, pelo seu transporte. Constatado qualquer problema, cabe a esta empresa efetuar a troca do produto nos termos do Edital e da legislação vigente.
- para fins do disposto no § 1.º do art. 63 da Lei Federal n.º 14.133/2021, que a proposta compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega desta proposta.
- atendemos ao Decreto n.º 10.086, de 2022 do art. 362, cumpro o disposto no item 6, referente as regras de SUSTENTABILIDADE conforme Anexo I - TERMO DE REFERÊNCIA.
- como condição para participar desta licitação e ser contratado(a), fornecerei à Administração Pública diversos dados pessoais, entre eles:
  - aqueles inerentes a documentos de identificação;
  - referentes a participações societárias;
  - informações inseridas em contratos sociais;
  - endereços físicos e eletrônicos;
  - estado civil;
  - eventuais informações sobre cônjuges;
  - relações de parentesco;
  - número de telefone;
  - sanções administrativas que esteja cumprindo perante a Administração Pública;
  - informações sobre eventuais condenações no plano criminal ou por improbidade administrativa;dentre outros necessários à contratação.
- realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020
- cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes;
- Estou ciente que essas informações constarão do processo administrativo e serão objeto de tratamento por parte da Administração Pública e ainda que o tratamento dos dados pessoais relacionados aos processos de contratação se presume válido, legítimo e, portanto, juridicamente adequado.

Local, 18 de outubro de 2024.

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**Anexo V - MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE**

XXXXXXXX, inscrito no CNPJ n.º XXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) XXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade n.º XXXXXXXX e do CPF n.º XXXXXXXX, DECLARA, para os fins dispostos no Pregão Eletrônico n.º 1672/2024, sob as penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

(    ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(    ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme Inciso II do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006;

(    ) MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL, conforme parágrafo 1º do artigo 18-A da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, com redação dada pela Lei Complementar nº 188, de 2021.

(    ) COOPERATIVA, nos termos do Art. 34, da Lei Federal nº 11488/2007.

DECLARA ainda:

1. Que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123, de 14 de dezembro de 2006;

2. Que não extrapolou a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte no ano-calendário de realização da licitação, nos termos do § 2º do Art. 4º da Lei Federal n.º 14.133/2021.

Local e data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal



**Anexo VI - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO**

PROCESSO LICITATÓRIO N.º	PROTOCOLO N.º
DATA DE PUBLICAÇÃO:	VALIDADE DA ATA:

A Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE (Reitoria), situada à Rua Universitária, 1619 - Jardim Universitário - CEP 85.819-110, Cascavel, Paraná, Brasil, aqui representado por seu Pró-Reitor de Administração e Finanças, Prof. Gerson Henrique da Silva, nomeado pela Portaria n.º 0340/2024 - GRE, daqui por diante designado simplesmente de UNIOESTE, nos termos da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e Decreto Estadual n.º 7.303/2021, das demais normas aplicáveis, registra os preços obtidos no Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021) n.º 1086/2024, homologado pelo Pró-Reitor de Administração e Finanças - UNIOESTE, para a futura e a eventual aquisição de Registro de Preço para aquisição de Coletor de perfurocortante plástico para atender a demanda do Unidade de Internamento do HUOP., conforme Termo de Referência (Anexo I), visando atender a demanda do(s) órgão(s) e/ou entidade(s) participantes (Anexo VI), nos termos das propostas apresentadas, as quais integram esta Ata de Registro de Preços.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:**

Esta Ata tem por objetivo o registro de preços para a futura e a eventual aquisição de Registro de Preço para aquisição de Coletor de perfurocortante plástico para atender a demanda do Unidade de Internamento do HUOP., conforme as especificações, previsões e exigências contidas no Edital deste certame.

§ 1º Este instrumento não obriga a Administração a adquirir as quantidades estimadas neste Pregão Eletrônico, podendo optar pela realização de novas licitações específicas para aquisição dos aludidos bens, obedecida a legislação pertinente, sendo, porém, assegurada aos detentores do registro constante desta Ata a preferência de fornecimento, em igualdade de condições com os demais licitantes.

§ 2º Também integram esta Ata de Registro de Preços, vinculando as partes signatárias, as propostas dos fornecedores.

§ 3º Participam deste Registro de Preços, em conformidade com o artigo 9º, inc. II, do Decreto Estadual n.º 7.303/2021, o(s) seguinte(s) órgão(s) e/ou entidade(s):

**CLÁUSULA SEGUNDA - DOS PREÇOS:**

Registram-se o(s) preços(s) do(s) bem(ns) ofertado(s) pelo(s) fornecedor(es), nos seguintes termos:

LOTE 1 - adjudicado para: Nome da empresa, CNPJ da empresa

homologo no valor de R\$ valor (valor por extenso), nos termos da proposta de acordo com o Anexo I do edital da licitação:

Item	Especificação do Item/Marca/fabricante	Quantidade	Unid. de compra	Preço Unitário
1	Cód. Do item. – descrição do item			R\$

**CLÁUSULA TERCEIRA** - Esta Ata de Registro de Preços, documento vinculante para o Contratado, será válida por 12 (doze) meses, com efeitos a contar da data da publicação no Diário Oficial do Estado.

**CLÁUSULA QUARTA** - A partir da assinatura da Ata de Registro de Preços, o fornecedor assume o compromisso de atender, durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados e se obriga a cumprir, na íntegra, todas as condições estabelecidas, sujeitando-se às penalidades cabíveis pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.





#### **CLÁUSULA QUINTA - DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS:**

A Administração poderá alterar os preços registrados, mediante comprovação e justificativas, obedecido o disposto nos artigos 13 e 14 do Decreto Estadual n.º 7.303/2021; o art. 112, § 3º, inc. II, da Lei Estadual n.º 15.608/2007 e o art. 82 do Decreto Estadual n.º 4.993/2016, desde que autorizado pela autoridade competente, devendo o órgão gerenciador da Ata promover as necessárias modificações, compondo novo quadro de preços registrados e disponibilizando-os no site oficial.

§ 1º O preço registrado poderá ser revisto, a pedido do fornecedor ou por iniciativa da Administração, em decorrência de:

I - eventual redução daqueles praticados no mercado;

II - fato superveniente devidamente comprovado, que eleve os preços e prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata.

§ 2º Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

I convocar os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados os valores praticados pelo mercado;

II os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de sanções administrativas;

III a ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

§ 3º Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

I liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

II convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação;

§ 4º Não havendo êxito na negociação a que se refere o § 3º, II, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO PELO FORNECEDOR:**

O preço registrado pelo fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado do compromisso;

II - descumprir as exigências contidas no Edital ou na Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV, do art. 150 da Lei Estadual n.º 15.608/2007;

V - demonstrar fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata.

§ 1º No cancelamento do preço registrado é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

§ 2º O cancelamento do preço registrado pelo fornecedor deverá ser devidamente autuado no respectivo processo administrativo que deflagrou a licitação e ensejará o aditamento da Ata, a qual indicará os demais fornecedores registrados e a nova ordem de registro.

§ 3º Na ocorrência de cancelamento de registro de preço para o item ou lote, poderá o órgão gerenciador realizar nova licitação para o registro de preço, sem que caiba direito de recurso.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS:**



A Ata de Registro de Preços será cancelada total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

- I - por decurso do seu prazo de vigência;
- II - se não restarem fornecedores registrados;
- III - por fato superveniente, devidamente justificado, decorrente de caso fortuito ou força maior que prejudique o cumprimento das obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado;
- IV - por razões de interesse público devidamente justificadas.

§ 1º No cancelamento da Ata por iniciativa da Administração, é assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da notificação pessoal ou publicação.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA SUSPENSÃO TEMPORÁRIA DO REGISTRO:**

Os preços registrados poderão ser suspensos temporariamente pela Administração, nos casos previstos na Cláusula Quinta, Sexta e Sétima desta Ata, com o devido registro no Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços - GMS e disponibilização no Portal da Transparência do Estado do Paraná.

#### **CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR:**

Constituem obrigações do Fornecedor:

- I - assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho ou documento equivalente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados da convocação;
- II - responsabilizar-se pelas despesas e encargos decorrentes da execução da presente Ata;
- III - manter as condições de regularidade fiscal;
- IV - manter atualizado seu cadastro no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, durante a validade da presente ata.

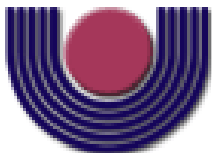
#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO PARTICIPANTE:**

Constituem obrigações do órgão, entidade ou unidade orçamentária participante, por meio de gestor próprio:

- I - tomar conhecimento da ata de registro de preços e de suas eventuais alterações, com o objetivo de assegurar, quando de seu uso, o correto cumprimento de suas disposições;
- II - emitir a ordem de compra no Sistema GMS, quando da necessidade da contratação, a fim de gerenciar os respectivos quantitativos na ata de registro de preços;
- III - verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando ao órgão gerenciador eventuais desvantagens quanto à sua utilização;
- IV - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;
- V - aplicar, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação as suas próprias contratações;
- registrar no Sistema GMS eventuais irregularidades detectadas e penalidades aplicadas, após o devido processo legal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES OU INGRESSANTES:**

- I - À adesão à ata de registro de preço será possível somente as unidades da Unioeste
- II - As unidades da Unioeste que não participaram do processo, poderão aderir à ata de registro de preços, atendidos os requisitos estabelecidos no § 2º do art. 86 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
- III - A manifestação de interesse deverá ser encaminhada via e-protocolo para a PRAF/DIRCOM Reitoria, através de ofício solicitando a adesão com detalhe das quantidades, valores, itens solicitados, informação de disponibilidade orçamentária e a justificativa da vantagem da adesão. Juntamente com ofício deve ser anexado a ata de registro de preço e o aceite do fornecedor.
- IV - Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
- V - As aquisições ou contratações adicionais mencionadas não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50%



(cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

VI - O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o caput deste artigo não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

VII - Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CADASTRO DE RESERVA:**

Consta na presente Ata de Registro de Preços, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitaram cotar os bens com os preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, com objetivo da formação de cadastro de reserva, no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO FORO:**

Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata é competente o foro da Comarca de Cascavel - Estado do Paraná.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:**

O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial do Estado, conforme o disposto no art. 110 da Lei Estadual n.º 15.608/2007.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:**

Esta Ata será divulgada no portal da internet [www.comprasparana.pr.gov.br](http://www.comprasparana.pr.gov.br) e no DIOE.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:**

O Pregão Eletrônico (Lei Federal 14.133/2021) n.º 0000/0000 é realizado pelo Pregoeiro(a) \_\_\_\_\_, designado(a) na Resolução n.º 0000/0000, publicada no DIOE Executivo edição n.º 0000, de 00 de 00 de 0000.

Assim, justo e de acordo, as partes assinam a presente ATA, que servirá de instrumento aos fins de contratação.

\_\_\_\_\_  
Pró-Reitor de Administração e Finanças - UNIOESTE

\_\_\_\_\_  
Pregoeiro(a) - UNIOESTE

Fornecedor			
CNPJ do Fornecedor – NOME O FRONECEDOR			
Representante: _____			
CPF: _____			
Assinatura: _____			
Lote	Valor Licitado	Características	Classif.
1	R\$	Breve característica	1º



Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE  
Hospital Universitário do Oeste do Paraná – HUOP



Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022  
Minuta PE 1672-2024 - hortifruti



## Anexo I à Ata de Registro de Preço

### Obrigações da contratada:

efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível.

responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei n.º 8.078, de 1990).

substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos.

comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

indicar preposto para representá-lo durante a execução do contrato, e manter comunicação com representante da Administração para a gestão do contrato.

manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

manter atualizado os seus dados no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente. A empresa contratada não poderá estar registrada no Cadastro Informativo Estadual – CADIN Estadual.

guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.

o contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade.

arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando houver:

- alteração qualitativa do projeto ou de suas especificações pela Administração;
- retardamento na expedição da ordem de execução do serviço ou autorização de fornecimento, interrupção da execução do contrato ou diminuição do ritmo do trabalho, por ordem e no interesse da Administração;
- aumento das quantidades inicialmente previstas no contrato, nos limites permitidos pela Lei Federal n.º 14.133, de 2021;
- prover todos os meios necessários à garantia do pleno fornecimento do produto, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

atender e aceitar todas as exigências técnicas conforme Anexo I do Edital

realizar o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei nº 13.709/2018 e do Decreto Estadual nº 6.474/2020.

cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

se responsabilizar pela integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes.

Capacitação: não se aplica.

Garantia do produto/serviço: não se aplica.

Comodato: não se aplica.

### Obrigações da contratante:

receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste edital e seus anexos;

exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital/proposta/ordem de compra/contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção, de acordo com a Resolução 180/2013 - COU (disponível em: <https://www.unioeste.br/portal/praf/documentos/resolucoes>);

Minuta Padronizada UNIOESTE-HUOP – Lei Federal n.º 14.133, de 2021 – Decreto Estadual n.º 10.086, de 2022

Minuta PE 1672-2024 - hortifruti





acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;  
efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste edital e seus anexos;  
efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;  
emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do contrato;  
ressarcir o contratado, nos casos de extinção de contrato por culpa exclusiva da Administração, pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido, além de devolver a garantia, quando houver, e efetuar os pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção e pelo custo de eventual desmobilização;  
adotar providências necessárias para a apuração das infrações administrativas, quando se constatar irregularidade que configure dano à Administração, além de remeter cópias dos documentos cabíveis ao Ministério Público competente, para a apuração dos ilícitos de sua competência;  
prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.



Anexo II à Ata de Registro de Preço

Declaração de Nepotismo

Empresa:
Responsável pelas informações:
Telefone de contato:

ATENÇÃO				
Para efeito da informação sobre a existência de parentes trabalhando no Governo do Estado, objeto da declaração abaixo, devem ser observados os seguintes tipos de relação consanguínea ou afim:				
Pai/Mãe	Avô(ó)	Bisavô(ó)	Filho(a)	Neto(a)
Bisneto(a)	Tio(a)	Irmão (ã)	Sobrinho(a)	Cunhado(a)
Cônjuge	Companheiro(a)	Sogro(a)	Padrasto/Madrasta	Enteado(a)

Eu, acima identificado, DECLARO, sob as penas da lei que **as respostas referem-se a todos os sócios da empresa**, e, em atendimento ao disposto no art. 53, inciso IV do Decreto Estadual 10.086/2022, são verdadeiras as informações e respostas constantes deste documento, estando ciente que será anexado a processos administrativos e constituirá documento público, assim como das implicações em termos de responsabilidade, inclusive e especialmente nos âmbitos administrativos, cível e criminal, em caso de insinceridade:

	Sim	Não
Trabalho como empregado, cooperado ou de qualquer outra forma vinculado à pessoa jurídica conveniada ou contratada pelo Governo do Estado, E POSSUO um parente trabalhando ou vinculado ao Governo do Estado do Paraná, em qualquer de seus órgãos ou entidades, incluindo suas autarquias e fundações, essas públicas e sociedades de economia mista?	( )	( )
Administro ou sou sócio com poder de direção de pessoa jurídica conveniada ou contratada pelo Governo do Estado do Paraná e possuo, em qualquer de seus órgãos ou entidades, incluindo suas autarquias e fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive detentor de cargo em comissão ou função de confiança?	( )	( )

Caso tenha respondido SIM à pergunta acima relacione no quadro abaixo o(s) familiar(es) com vínculo(s) com o Governo do Estado:

Nome	Parentesco	Matrícula/CPF	Cargo/Função	Órgão



Declaro ainda, em atendimento ao disposto no art. art. 53, inciso IV do Decreto Estadual 10.086/2022, declaro, sob responsabilidade civil e criminal, que os sócios da empresa não mantem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.


Local e data.

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)

Decreto



Anexo VII - ORDEM DE COMPRA OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

 <b>unioeste</b> UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DO OESTE DO PARANÁ	<b>Universidade Estadual do Oeste do Paraná</b> Tancredo Neves 85806470 Cascavel PR CNPJ 78.680.337/0007-70 I.E. Isento Fone 33215151 Fax E-mail huop.oc@unioeste.br	<b>Ordem de Compra/Serviço</b> LICITAÇÃO Data Modalidade Solicitante Mot. Cancel C.R.
<b>ORDEM DE COMPRA/SERVIÇO NÚMERO:</b>		
<b>Fornecedor</b> Endereço Fone / Fax Contato E-mail Cód. credor	<b>Cidade</b> CNPJ/CPF I.E.	<b>CEP</b> UF
<b>Item</b>	<b>Código Material</b>	<b>Descrição</b>
1		
		<b>Marca</b>
		<b>Qtde</b>
		<b>UM</b>
		<b>Vi. Unit.</b>
		<b>Vi. Total</b>
		<b>Total</b>
		<b>Total Geral</b>
<b>Prazo Entrega</b> Local Entrega Condição de Pgto 30 Dias	<b>Tipo Frete</b> Valores em Real Hr Entrega	<b>Cif - Frete por conta do Fornecedor</b>
<b>Observação:</b> Enviar Nota Fiscal Eletrônica para os e-mail's:  huop. @unioeste.br;  A entrada para o local de entrega destes materiais está localizada na Rua  <b>OBSERVAÇÃO:</b> Não aceitamos o Boleto Bancário, somente pagamento por Transferência Bancária.		
<b>INFORMAÇÕES PARA O FORNECEDOR</b>		
» Emitir Nota Fiscal fatura para: Razão Social: CNPJ: Endereço: RUA		
» Local de Entrega: Hospital Universitário do Oeste do Paraná - Endereço: Av. Tancredo Neves, 3224 - Bairro: Santo Onofre - CEP: 85806-470 - Cidade: Cascavel-PR.		
» Deve constar obrigatoriamente na Nota Fiscal o número desta Ordem de Compra, local de entrega e código do credor. A isenção do ICMS nas vendas internas está previsto no Decreto Estadual 7.871/2017.		
» É obrigatório a emissão de Nota Fiscal Eletrônica em substituição aos modelos 1 e 1A. Em caso de atraso injustificado na entrega do objeto ou na inexecução total ou parcial desta Ordem de Compra, será aplicada multa por dias de atraso conforme determinam as Leis 8.666/1993 e 15.608/2007. Para efetivação do pagamento a empresa deverá estar com o CRF - Certificado de Regularidade Fiscal válido conforme Decreto Estadual 9762/2013, de 19/12/2013.		
<b>INFORMAÇÕES EXCLUSIVAS DA UNIOESTE</b>		
<b>Informação contábil</b>		
Conta contábil	Rubrica	Valor
Printed on:	Page 1 OC:	CSUP00114

Documento: **EditalPE\_1672\_2024\_hotifrutigranjeiro.pdf**.

Assinatura Avançada realizada por: **Rafael Muniz de Oliveira (XXX.165.618-XX)** em 18/10/2024 13:26 Local: UNIOESTE/H02.

Inserido ao protocolo **22.653.826-7** por: **Andressa Folchini** em: 18/10/2024 12:57.



Documento assinado nos termos do Art. 38 do Decreto Estadual nº 7304/2021.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:  
**<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarDocumento>** com o código:  
**8e80093d8cb47eb01fe27b2288a31e6b**.